

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**ALINE JÚLIA DA SILVA ROCHA**

**O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA MULHER DA CIDADE DE BOA VISTA**

**Porto Alegre  
2009**

**ALINE JÚLIA DA SILVA ROCHA**

**O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA MULHER DA CIDADE DE BOA VISTA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, do Curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/UFRR, com ênfase em Desenvolvimento e Integração Econômica.

Orientador: Stefano Florissi

**Porto Alegre  
2009**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas  
da UFRGS

R672p

Rocha, Aline Júlia da Silva

O perfil sócio-econômico da mulher da cidade de Boa Vista /  
Aline Júlia da Silva. – Porto Alegre, 2009.  
000 f. : il.

Orientador: Stefano Florissi.

Ênfase em Desenvolvimento e Integração Econômica.

Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em  
Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação  
em Economia, Porto Alegre; Universidade Federal de Roraima,  
2009.

1. Mulher : Boa Vista (RR). 2. Mulher : Trabalho : Boa Vista  
(RR). 3. Trabalho feminino : Boa Vista (RR). I. Florissi, Stefano. II.  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências  
Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III.  
Universidade Federal de Roraima. IV. Título.

CDU 331.101.232

**ALINE JÚLIA DA SILVA ROCHA**

**O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA MULHER DA CIDADE DE BOA VISTA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, do Curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/UFRR, com ênfase em Desenvolvimento e Integração Econômica.

Orientador: Stefano Florissi

Aprovada em: Porto Alegre, de de 2009.

CONCEITO OBTIDO: \_\_\_\_\_

NOTA: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Doutor Alberto Martin Martinez Castañeda – UFRR**

---

**Prof. Doutor Carlos Alberto Marinho Cirino – UFRR**

---

**Prof. Doutor Roberto Ramos Santos - UFRR**

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, com teimosia e garra, lutam por ver seus projetos de trabalho realizados. Principalmente àquelas que conciliam estudo, trabalho e criação dos filhos. E, muito especialmente, àquelas que não contam com a participação dos seus companheiros.

A todos meus familiares e amigos, em especial ao meu marido (Gilsomar), amor da minha vida, que me apoiou em todos os momentos dessa jornada.

E principalmente, aos meus filhos Aeston Shilton, Paola Shilfer e Luís Eduardo, pelo apoio incondicional mesmo nos muitos momentos de ausência de minha parte.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer inicialmente a banca de seleção do Mestrado por ter acreditado na minha capacidade e no meu projeto de pesquisa, permitindo dessa forma melhorar meus conhecimentos e me qualificar enquanto pessoa/aluna.

Agradeço a Deus pela contínua restauração de minhas forças, por ter me fortalecido e me dado ânimo nos momentos em que o desânimo quis tomar conta de mim e por ter sido o meu refúgio presente.

Aos professores em geral, pelos ensinamentos teóricos e práticos que enaltecem o curso.

Em especial ao Professor Haroldo Amoras, minha eterna gratidão pela disponibilidade, pelo apoio, pelo estímulo, pela paciência e dedicação, enquanto co-orientador, facilitando no trabalho de elaboração desta dissertação e ao meu orientador Professor Stefano Florissi, que muito me auxiliou com sua preciosa experiência.

Aos colegas e amigos que fiz ao longo do curso e que para sempre guardarei em minha lembrança, em especial ao Dr. Rodrigo Furlan pelo apoio e amizade e Antônio Marques pelo companheirismo que tornou a caminhada mais leve e divertida.

Agradeço a minha família, a minha mãe Raimunda e meu padrasto Raimundo, pelo apoio e estímulo em todos os sentidos e todas as horas, principalmente em minha ausência para conclusão dos créditos do Mestrado em Porto Alegre/RS.

E finalizo afirmando que é maravilhoso poder contar com algumas pessoas, porque, caso contrário, não seria possível suportar tantos desafios que se impõem ao longo do percurso. Por isso, meu MUITO OBRIGADA a todos vocês pelo carinho e atenção, palavras de motivação e de credibilidade durante todo esse tempo.

Seria preciso dividir cada mulher em três: uma que corresse para o trabalho, outra que tomasse providência para sua família, e uma terceira que escapasse para a beira do lago assistindo quieta ao pôr do sol.

(LYA LUFT, 1999)

## RESUMO

Este trabalho apresenta um breve perfil sócio-econômico da mulher da cidade de Boa Vista, com base nas informações sobre, rendimento, escolaridade, idade, situação conjugal, naturalidade e outros aspectos importantes. Para a produção dos materiais de análise, esse estudo utilizou o relato da trajetória de vida de mulheres que são mães, trabalhadoras, enfim mulheres que estão em constante busca pela emancipação e melhoria de vida. As trajetórias de vida foram analisadas dentro do contexto histórico e os relatos foram compreendidos a partir dos lugares ocupados por essas mulheres. O trabalho produz modos de ser da mulher, colocando a posição de equilibristas dessas trabalhadoras. Dessa forma, é possível ampliar as reflexões e pensar nas políticas públicas que integram esse contexto. O estudo do universo de 281 mulheres, constata-se que a mulher trabalha 8 horas diárias, a maioria ganha acima de 4 salários mínimos, idade média entre 25 a 35 anos, tem grau de escolaridade 3º grau completo, 44,5% são solteiras, sendo a maioria natural do norte, seguidas das migrantes nordestinas.

Palavras chave: Gênero. Trabalho. Perfil da mulher.



## **ABSTRACT**

This work presents a brief partner-economic profile of the woman of the Boa Vista city. On the basis of the information on, income, studies, age, marital status situation, places of birth and other aspects. For the production of the analysis materials, this study it used the story of the trajectory of life of women who are mothers, workers, at last women, who are in constant search for the emancipation and improvement of life. The life trajectories had been analyzed inside of the historical context and the stories had been understood from the busy places for these women. The work produces ways of being of the woman in multiple positions of these workers. In such a way, it is possible to extend the reflections and to think about the public politics that integrate this context. The study of the universe of 281 women, it is evidenced that the woman works 8 daily hours, the majority earns above of 4 minimum wages, average age enters the 25-35 years, has the 3° study degree, 44.5% are single, being the natural majority of the north of the country, followed of the people from northeastern

Key words: Sort. Work. Profile of the woman.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	As Mulheres por Faixa Etária.....	75
Tabela 2	As Mulheres por Naturalidade.....	76
Tabela 3	As Mulheres por Estado Civil.....	77
Tabela 4	As Mulheres e Atividades Desenvolvidas.....	79
Tabela 5	As Mulheres por Carga Horária de Trabalho.....	80
Tabela 6	As Mulheres por Renda Mensal.....	81
Tabela 7	As Mulheres por Domicílios.....	82
Tabela 8	As Mulheres e Motivação Profissional.....	83
Tabela 9	As Mulheres e Opinião sobre a Mulher Chefe de Família.....	84
Tabela 10	As Mulheres e a Administração da Renda.....	85
Tabela 11	As Mulheres e o Grau de Escolaridade.....	86
Tabela 12	As Mulheres e o Número de Filhos.....	87
Tabela 13	As Mulheres e a Conciliação das Atividades Domésticas com as Comerciais.....	88
Tabela 14	As Mulheres e Sugestão para Melhorar a Situação como Chefe de Família.....	89
Tabela 15	As Mulheres e Projeto para Melhorar de Vida.....	90
Tabela 16	As Mulheres e Receita para Manter o Equilíbrio Orçamentário Doméstico.....	91
Tabela 17	As Mulheres e Conselho ou Palavra Amiga para outras Mulheres....	92

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2.</b>	<b>COMO AS MULHERES ERAM VISTAS ATRAVÉS DA HISTÓRIA.....</b>	<b>15</b>
2.1	Movimento Feminista.....	21
<b>2.1.1</b>	<b>Corrente materialista.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Corrente radical.....</b>	<b>23</b>
2.2	Faces do Feminismo no Brasil.....	27
2.3	A Mulher no Movimento.....	27
2.4	Mulher e Política.....	35
<b>3.</b>	<b>A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>39</b>
3.1	A Mulher no Trabalho Produtivo.....	45
3.2	O Direito da Mulher Trabalhadora à Cidadania.....	48
3.3	Discriminação e Proteção na Lei.....	49
<b>4.</b>	<b>A MULHER, SEU TRABALHO, SUA FAMÍLIA E OS CONFLITOS.....</b>	<b>52</b>
<b>5.</b>	<b>O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA MULHER</b>	
	<b>DA CIDADE DE BOA VISTA.....</b>	<b>63</b>
5.1	As Mulheres por Faixa Etária.....	64
5.2	As Mulheres por Naturalidade.....	65
5.3	As Mulheres por Estado Civil.....	66
5.4	As Mulheres e Atividades Desenvolvidas.....	68
5.5	As Mulheres por Carga Horária de Trabalho.....	69
5.6	As Mulheres por Renda Mensal.....	70
5.7	As Mulheres por Domicílio.....	71
5.8	As Mulheres e Motivação Profissional.....	72
5.9	Mulheres e Opinião sobre a Mulher Chefe de Família.....	73
5.10	As mulheres e Administração da Renda.....	74
5.11	As Mulheres e o Grau de Escolaridade.....	75
5.12	As Mulheres e o Número de Filhos	76
5.13	As Mulheres e a Conciliação das Atividades Domésticas com as Profissionais.....	77
5.14	As Mulheres e Sugestão para Melhorar a Situação Financeira.....	78
5.15	As Mulheres e Projeto para Melhorar de Vida.....	79
5.16	As Mulheres e Receita para Manter o Equilíbrio Orçamentário.....	80
5.17	As Mulheres e Conselho ou Palavra amiga para Outras Mulheres.....	81
<b>6.0</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>83</b>
	<b>Referências.....</b>	<b>87</b>
	<b>Anexo A – Questionário de Pesquisa.....</b>	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo apresentar o perfil sócio-econômico da mulher da cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima, com base em amostra aleatória simples, levantada de outubro de 2008 a fevereiro de 2009, a fim de identificar o seu papel e, em especial, a sua contribuição à economia doméstica da família, à luz das principais abordagens teóricas utilizadas na análise do trabalho da mulher, bem como das tendências recentes do papel feminino na sociedade.

A discussão do tema gênero no contexto acadêmico brasileiro assume posição de relevância, não somente em razão das posições firmes dos movimentos feministas, mas também e principalmente pela importância do papel da mulher na formação da economia doméstica e do país e por ser uma questão ética e de justiça. O crescimento, nos últimos anos, do número de lares brasileiros em que o trabalho feminino passou a representar a principal fonte de sustento econômico da família assume peso realmente expressivo. Pesquisas apontam, conforme investigação do IBGE (2007), que o número de mulheres que sustentam o domicílio, responsáveis, por pelo menos, 70% das despesas do lar, está em crescimento no país e essas mulheres já somam 2,7 milhões e trabalham, na maior parte nos segmentos de serviços domésticos, educação, saúde e administração pública. O interesse específico da pesquisa tem por alvo capturar em que medida as mulheres repetem as histórias construídas sobre elas, como por exemplo, a de que são portadoras de maior escolaridade superior, e como os significados presentes nos discursos são construídos historicamente pelas instituições de poder entre as quais a família ocupa papel dominante.

A situação da mulher na sociedade é produto da construção social em momentos históricos específicos, de uma dada cultura; é diferente da questão do sexo, dado pela natureza. Por isso se constitui numa questão de gênero. Assim, gênero e sexo não possuem o mesmo significado. Aprende-se a ser homem e a ser mulher, e esta aprendizagem fica impressa nas camadas mais profundas da personalidade e da consciência.

O aumento da participação das mulheres como principais responsáveis pelas despesas constitui tendência que vem se consolidando nos últimos anos e está

relacionada às mudanças sócio-culturais, como a própria emancipação feminina, embora a maioria das mulheres permaneça acumulando as responsabilidades em casa com o mercado de trabalho.

Os inúmeros desafios trazidos pela modernidade, como a industrialização e a urbanização, acarretaram transformações importantes e decisivas no mundo do trabalho, gerando conseqüências nas mais diferentes instâncias da vida das populações. As pessoas que não acompanham tais mudanças, e que não têm como se preparar para responder às necessidades impostas por essa nova ordem, são automaticamente excluídas do mercado de trabalho formal; nesse sentido, os dados mostram que as mulheres vêm acompanhando essas mudanças, preparando-se profissionalmente, superando o desempenho dos homens quanto ao grau de escolaridade superior, respondendo dessa forma às exigências dessa nova ordem.

Os estudos de gênero no Brasil aumentaram consideravelmente na última década, enfocando a participação da mulher no mercado de trabalho, assim como sua valiosa contribuição no orçamento familiar. Sendo assim, revela-se socialmente importante discutir, pensar e pesquisar o referido tema.

Todavia, o foco do estudo não se restringirá às mulheres chefes de famílias, mas também, às mulheres colaboradoras para a formação da renda familiar.

Da perspectiva da realidade regional, o interesse pelo tema decorre da curiosidade de saber a importância do papel econômico feminino no sustento da família, na cidade de Boa Vista, traçando-se o perfil sócio-econômico das mulheres boavistenses; fotografando os aspectos relativos à profissão, escolaridade, situação conjugal, idade, naturalidade, números de filhos e renda, entre outros.

É necessário que se diga que a escolha da cidade de Boa Vista como base da pesquisa decorreu do fato de que ela é a mais populosa do Estado e seu centro econômico mais importante.

O presente trabalho foi desenvolvido sob o título: O perfil sócio econômico da mulher da cidade de Boa Vista e está organizado em seis capítulos assim divididos: O primeiro capítulo constitui-se nessa introdução. O segundo descreve uma breve revisão da literatura, relatando como as mulheres eram vistas através da história, com destaque para o papel exercido pelo movimento feminista, que se originou no séc. XIX, quando a mulher consegue um dos seus primeiros objetivos: o direito ao

voto. E assim, década após década, os movimentos foram se estruturando, dando espaço às novas reivindicações e conquistas. Nesse sentido, faz-se a análise das faces mais importantes do feminismo no Brasil, que trata especificamente do movimento de mulheres a partir dos anos 70 e identifica os vários espaços onde as mulheres se organizam. São apontados alguns desafios para o movimento de mulheres, em particular para o feminismo, a partir dos processos de democratização e de globalização.

Examina-se ainda neste capítulo a participação da mulher na política e no parlamento, excluídas até 1932 do direito ao sufrágio. Historicamente, uma das características da participação política da mulher no Brasil tem sido a sua inexpressiva presença nos partidos políticos e em cargos eleitorais e sua forte participação em movimentos e associações diversos.

No terceiro capítulo, examina-se a inserção feminina no mercado de trabalho e sua qualificação, que, segundo Charles Fourier, numa dada sociedade, o grau de emancipação da mulher é medida natural da emancipação geral. Tendo em vista que a qualificação feminina perpassa pelo campo da educação, remeteremos freqüentemente à escola, como locus próprio do sistema educativo. Neste capítulo enfoca-se, ainda, o ponto relativo às mulheres no trabalho produtivo, tendo em vista as mais variadas categorias que são utilizadas para cada fonte de cálculo, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2007, em estudos sobre a participação feminina no mercado de trabalho no Brasil. Constata-se a participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho e o seu avanço, apesar dela ainda não ter atingido a igualdade de gênero no que tange a remuneração e prestígio profissional.

Por meio da coesão do movimento feminino, as mulheres foram objetivas nas mudanças e conquistas no que diz respeito à legislação brasileira, onde é abordada a igualdade, quando então homens e mulheres são iguais no direito e obrigações.

O quarto capítulo busca descrever a situação da mulher no trabalho, na família e nos conflitos familiares e sociais é examinada do ponto de vista da realidade social. Segundo a família e o trabalho são instituições centrais na vida de cada indivíduo, de Strey (1997, p.59), cada grupo, de cada sociedade, de cada cultura; precisamos da família para nascer e sobreviver e precisamos do trabalho para garantir nossa vida material.

O quinto capítulo tem por objetivo apresentar o perfil sócio econômico da mulher da cidade de Boa Vista, a partir dos dados coletados através de amostra do tipo aleatória simples, realizada no período de outubro de 2008 a março de 2009, para, em seguida, discuti-lo a luz do referencial teórico estudado.

No sexto capítulo são apresentadas as considerações finais relativas aos resultados obtidos durante o processo desta pesquisa, destacando suas eventuais limitações e sugerindo possíveis direções a novas investigações pertinentes ao tema.

## 2 COMO AS MULHERES ERAM VISTAS ATRAVÉS DA HISTÓRIA

As origens do mundo e da humanidade, segundo o livro bíblico diz que o homem, criado a imagem e semelhança de Deus, é dotado de privilégio de dominar a todos os seres vivos, ao qual é prescrito que subjugué a terra, o céu, o mar e todas as suas criaturas. Dominar a natureza, extrair dela seus recursos, conquistar outros povos e submetê-los para construir a civilização, são idéias presentes desde o Adão bíblico. Segundo Boff (1997) a mulher é criada a partir do homem, como produto dele. Não tolerando a desobediência de Adão e Eva, que outorgaram a si o direito ao saber e a autonomia, Deus os castiga com o sofrimento do trabalho e a dor do parto. O mito de Lilith, a deusa diaba, que representa a outra face de Eva, conta que Lilith foi expulsa do paraíso por reivindicar autonomia e prazer sexual. Não querendo se submeter a Adão e nem a Deus, Lilith é condenada pelo pai criador, que lhe diz: “Multiplicarei as dores de tuas gravidezes, na dor dará à luz filhos. Teu desejo te impelirá ao teu marido e ele te dominará” (Bíblia de Jerusalém, 2003, p. 38). Enquanto Lilith é castigada, a Virgem Maria é venerada, não como deusa, mas enquanto mãe de Jeus-Deus. Maria é serva do Senhor, mediadora do ‘Deus Criador’, cuja sexualidade é negada, uma vez que concebe a partir do ‘Espírito Santo’. Do ponto de vista Ocidental, sob a ótica cristã, antes da Reforma Protestante, a imagem da mulher ideal passa a ser a de Maria, que não é fêmea, apenas mãe, adorada por sua condição de humildade, resignação e subordinação. Idealiza-se, a partir daí, a representação feminina da boa mãe, nutridora, protetora, santa e assexuada.

Strey (1997) comenta que desde Aristóteles, um dos primeiros a escrever sobre as mulheres, descrevendo-as como alguém inferior, pouco digno de confiança, pouco desenvolvido, pouco inteligente e assim por diante. Sócrates, no Ocidente (Grécia), considerava a mulher um ser estúpido e enfadonho. Já Buda, no Oriente (Japão), não permitia nem que seus seguidores olhassem para as mulheres. No mundo pré-cristão, as mulheres quase não passavam de servas mudas, cuja vida só conhecia o trabalho do homem. Os judeus agradeciam em suas orações por não terem sido mulheres.



Santo Agostinho, o principal teólogo da Igreja Católica de seu tempo, abordou a situação social da mulher, do ponto de vista da imagem de Maria, santa, virgem, casta e assexuada.

Na Idade Média, a mulher que ousasse a prática da medicina, entrava para a bruxaria, e, portanto, sujeita à fogueira da Inquisição. O papel social da mulher era mantido restrito às atividades domésticas, cuidando da casa, dos utensílios e dos animais domésticos. Era vedada à mulher a participação nas decisões políticas e na organização da economia como protagonista. Afinal, a sociedade se organizava economicamente em torno da agricultura, sob regime feudal, e do comércio, atividade exclusiva do homem. Seu papel era secundário, de serva ou de dona de casa.

Outra fonte de descrição de como as mulheres eram ou são vistas são os mitos. Segundo Strey, os mitos em geral costumam desqualificar a origem do mundo, por exemplo, pela via procriativa (função feminina) e glorificar essa origem por via criativa (função divina, associada ao homem, imagem de Deus). Em quase todos os mitos, o princípio masculino além de ser o princípio de ordem, é o que põe ordem no feminino (caos) e o reprime e controla para que não destrua o que foi criado. Além disso, algumas explicações da origem do mundo prescindem completamente da presença feminina, estando carregadas de violência, característica tipicamente patriarcal. Para que uma civilização se origine, é necessário que as condições sejam adversas e ofereçam problemas que requeiram soluções enérgicas. Também é necessário que haja enfrentamentos entre nós e eles, ou seja, as coisas são vistas pelo que significam contra alguém e não pelo que significam em si mesmas. Para poder dizer que o mundo é bom, ou seja, para afirmar-se a si mesmo como bom e legitimar-se, o patriarcalismo necessita deixar de lado o feminino como parte deste mundo, pois o feminino é mau. Isso passa em todas as culturas, pois uma cultura patriarcal sempre limita com outra cultura patriarcal.

Como já foi citado, a tradição judaico-cristã não é muito diferente, nesse sentido, dos mitos babilônicos, gregos ou egípcios. A tradição mais aceita é a de que Deus criou Eva para que Adão não se sentisse sozinho. Eva aparece como um subproduto do homem: de uma costela de Adão, Deus fez a mulher para que lhe servisse de companheira.

Essa visão, de como o homem e a mulher foram criados, ostenta com bastante clareza todo o peso da inferioridade que é atribuída ao sexo feminino no mundo ocidental (para não falar das culturas orientais). Essa condição de ser segunda classe dificilmente poderia ser superada no imaginário popular, pois está na base das crenças sobre a criação da humanidade. Não é possível revisar um ato original que está na base de todos os demais atos.

No século XVIII, eclodiu a Revolução Industrial, processo de ruptura patrocinado pela burguesia, que se impõe com profundas transformações econômicas, desde as inovações tecnológicas que reestruturaram as atividades produtivas, deslocando o eixo da economia, do setor rural para o urbano, determinando a violenta expansão das cidades, sob o arrasto da industrialização. O mundo social rural medieval foi irreversivelmente varrido do mapa da história, dando lugar a um novo homem e a uma nova mulher. O problema consiste no fato concreto de que uma identidade histórica conhecida é abalada e mesmo destruída, mas a que vem nascendo leva certo tempo para adquirir sua feição ou sua identidade moderna ou contemporânea. Esse íterim ou intervalo é de transformação, de muita luta de muitas renúncias e dores. É gestada nesse período a mulher moderna.

Strey, ao analisar a mulher no século XX, diz que ser mulher é algo que se integra duplamente, posto que essa interpretação é uma realidade histórica e transformável. Afirma que não se pode entender nada se não se tem em conta a mulher, porém que isso é justamente o que se passa na realidade: Não se tinha em conta e ainda não se tem completamente em conta a mulher quando se estuda o mundo e sua história. Por exemplo, durante muito tempo, falava-se de sufrágio universal nos Estados Ocidentais, quando somente votavam os homens. Supunha-se que o voto feminino não importava, dado que se dava por certo que as mulheres já eram automaticamente representadas pelos homens: seus pais, maridos ou irmãos.

Argumentos científicos, de base darwiniana, afirmavam que a sobrevivência da espécie era mais importante que a individual, o que justificava que se definissem as mulheres pelo seu papel maternal e que fossem excluídas das oportunidades econômicas e educativas, porque estavam a serviço de uma causa mais nobre, as sobrevivências da espécie. Essa influência darwiniana, tanto no âmbito religioso como no científico, fazia com que a subordinação das mulheres fosse considerada

como um fato universal, de origem divina, conseguido porque era o melhor; assim, deveria continuar sendo igual.

A mulher que surgiu da Revolução Industrial foi a mulher urbana, trabalhadora das fábricas e dos escritórios, que lutou pela emancipação sexual, econômica, política e social. Lutou pela igualdade de salários, pelo direito de votar e ser votada.

A corrente positivista de Augusto Comte também tinha idéias bem definidas sobre as mulheres. Elas não seriam seres absolutamente inferiores, pois tinham superioridade afetiva e moral sobre os homens que, por sua vez, eram intelectualmente superiores a elas. Ambos os sexos seriam complementares, principalmente porque no homem existiria a predominância do instinto sexual, enquanto que na mulher prevaleceria o instinto maternal. Isso explicaria porque as mulheres estavam completamente voltadas para a família, que seria o seu reduto natural.

Dentre os autores que falaram em nome da ciência sobre as mulheres, mostra-se aqui Sohiet (1989) que escreveu sobre a mulher criminosa. Esse autor se dedicava a rastrear os traços que distinguiam os criminosos e foi largamente utilizado por todos quantos se interessavam pelo assunto. Ao descrever sobre a criminosa, o autor não pode deixar de mencionar suas idéias sobre as mulheres em geral para poder assim destacar aquelas que se encaminhavam para o crime. Para ele, as mulheres tinham evoluído menos que os homens, razão pela qual eram organicamente mais passivas e conservadoras. Isso porque seus óvulos eram relativamente imóveis quando comparados com os espermatozóides. Elas tinham, para ele, muitos traços em comum com a criança, com senso moral deficiente, aqui podemos lembrar Freud, que nos diz que o superego feminino é mais frágil que o masculino devido a não ter completamente resolvido seu complexo de Édipo; ou Kohlberg com sua teoria do desenvolvimento moral, era vingativa e ciumenta, além de pouco inteligente. O único que poderia temperar essas tendências seria a maternidade, o pouco ardor de suas paixões, sua frieza sexual e sua fraqueza.

Numa seqüência a esse movimento, vemos a influência da medicina social sobre as relações familiares. As mulheres passam a ser responsáveis da saúde física e psíquica de todos na família, “garantindo um prole saudável e uma classe dirigente sólida e respeitosa das leis, dos costumes, das regras e convenções.” (Sohiet, 1989, p.46).

Constata-se que em todas essas abordagens, a mulher não ocupa a posição de liderança. Nenhuma admite a mulher como provedora da família.

Mas essas são, em boa parte, imagens idealizadas. Inúmeros historiadores demonstraram, em pesquisas recentes, outras facetas das mulheres que em nada corroboraram os estereótipos consagrados pelo censo comum ou pela opinião letrada tradicional. Descobrem-se, então, as mulheres de carne e osso, ganhando a vida como vendedoras, agindo como chefe de família, sós, sem os maridos ou companheiros. Mulheres que, apesar de oprimidas e abandonadas, souberam construir sua identidade e amansar os homens, ora recorrendo a encantamentos, ora solicitando o divórcio à justiça eclesiástica. Mulheres que gerenciam, com conhecimento de causa, tudo o que diz respeito à maternidade, desde os mistérios do parto até as práticas de contracepção.

Ao se contextualizar a questão de gênero para o solo pátrio, observamos que no Brasil colonial, o perfil das mulheres que habitavam o país, manteve-se prisioneiro do patriarcado, de uma sociedade agrária, exportadora, organizada em regime de servidão ou de escravidão, que importou da Europa os padrões lusitanos em relação ao papel da mulher na sociedade, mediada, no caso, pela mestiçagem. Dentre os autores que delas falam, talvez o melhor tenha sido Gilberto Freire, mestre incomparável na arte das generalizações nem sempre exatas. Várias mulheres povoam, com efeito, as belas páginas de Casa-Grande e Senzala, da mulher submissa e aterrorizada com o castigo masculino até a mulher fogosa, sempre pronta a dar prazer aos machos, a requebrar-se dengosa pelas ruas desalinhadas das vilas coloniais, a seduzir com doçura nos caminhos, à beira do rio, à sombra de uma árvore, no meio do mato. Faça-se, no entanto, alguma justiça a Gilberto Freire: ele viu como ninguém diferença entre as mulheres, atento à diversidade de culturas, de cor e de raça.

As mulheres brancas, do século XVI, viviam em completa sujeição, primeiro aos pais, os todo-poderosos senhores de engenho, depois aos maridos. Viviam como no isolamento árabe, idealizando uma estrutura de serralho à moda tropical.

As mulheres índias, essas sim, foram amantes dos portugueses desde o início e Freyre sugere que o foram até por razões priápicas. Mal desembarcavam no Brasil e os lusitanos já “tropeçavam em carne”, ele escreveu.

As índias eram as "negras da terra", nuas e lânguidas, futuras mães de Ramalhos e Caramurus, todas a desafiar, com seus parceiros lascivos, a paciência e o rigorismo dos jesuítas.

A mesma fama tinham as negras do Guiné, as criolas, especialmente, as da casa-grande, amantes de sinhôs e sinhozinhos. Essas eram também as vítimas prediletas de sinhás tirânicas que não hesitavam em supliciá-las por ciúme ou simples inveja "de seus belos dentes e rijos peitos". E a predominar sobre todas em matéria de paixão e ardor, lá estava a mulata, exemplo recorrente de beleza e sedução no imaginário do masculino relaciona à terra brasílica. Muitos homens cantaram em prosa e verso as virtudes da mulata e a ela se vergaram, a começar pelo célebre Gregório de Matos, O Boca do inferno, da Bahia seiscentista.

No Brasil, a Revolução Industrial chegou apenas no meado do século XX, já que o país até a década de 1950 era uma grande fazenda ou fazendas: de gado e charqueada no Rio Grande do Sul, de café em São Paulo, de algodão e cana-de-açúcar no Nordeste, de gado leiteiro em Minas Gerais. As relações sociais em vigor eram tipicamente relações do mundo agrário-exportador, com forte herança do regime de escravidão, que impunha a mulher situação de subalternidade permanente. O direito de votar da mulher brasileira foi reconhecido em 1932, mas sua participação efetiva no processo eleitoral e político era marginal, senão por outra razão, mas pelo fato de que a grande maioria da população brasileira morava no campo (80%) e era analfabeta e analfabeto não tinha direito ao voto. Com a implantação do chamado Modelo de Substituição de Importações, caracterizado pela rápida industrialização do país, que passou a produzir e industrializar, grande variedade de produtos que eram antes importados, aconteceu também a rápida urbanização do país, determinando profundas mudanças nas relações econômicas e, principalmente, nas relações sociais e políticas. O país presencia a emergência da organização em sindicatos dos trabalhadores, a redução gradativa do analfabetismo, a massificação das informações, aumenta a quantidade de mulheres alfabetizadas e o feminismo adquire seus contornos mais fortes de forma organizada. O feminismo atuou principalmente nos centros urbanos mais dinâmicos da sociedade brasileira, Sul-Sudeste. A luta pela ampliação dos direitos da mulher nas áreas econômica (mercado de trabalho que tem a ver com remuneração justa, condições salubres, consumo, lazer), política (direito de votar e ser votada, participação na vida sindical,

na vida comunitária) e social (lazer, dispor do corpo, liberdade sexual, liberdade religiosa).

O modelo de substituição de importações se aprofundou no bojo da chamada modernização conservadora, sob a liderança dos Governos Militares, no período 1964-1985, durante a qual aconteceram mudanças no quadro institucional (legislação), ao final do qual, o Brasil tinha sua população eminentemente urbana (70%) e um dos parques industriais mais importantes do planeta (8ª economia), contribuindo dessa forma com o movimento de mulheres, mas precisamente com o movimento feminista.

## 2.1 Movimento Feminista

Desde os séculos passados até os dias atuais as mulheres travam batalhas constantes para garantir a igualdade entre os sexos. A concepção feminina não admite a luta por superioridade, mas sim pela Igualdade nas relações afetivas, igualdade no trabalho, igualdade na vida. Foi o desejo de igualdade que levou as mulheres às ruas para pedir o direito de voto, a justiça social no trabalho, o direito de ser mulher e mãe, e expressar livremente suas idéias e sua fé.

Nos últimos cento e cinqüenta anos o movimento feminista tem sido responsável por diversas conquistas na vida das mulheres. No entanto, embora muito tenha sido realizado, elas ainda vivem numa sociedade que lhe dá respostas ineficazes, onde a supremacia dos homens, maioria no comando da situação, ainda faz com que as políticas públicas, não atendam aos verdadeiros anseios da população feminina.

A história de lutas e conquistas de tantas mulheres, muitas delas mártires de seu lar, no decorrer de quase dois séculos, leva a humanidade a iniciar um novo milênio diante da constatação de que ela buscou e conquistou seu lugar. Mais que isso, assegurou seu direito à cidadania, legitimando seu papel enquanto agente transformador.

Vale lembrar o marco inicial, em 1857 houve uma manifestação de trabalhadoras nas fábricas do setor têxtil de Nova York, onde agiram em protesto contra os baixos salários, contra a jornada laboral de 12 horas diárias e contra o aumento de tarefas não remuneradas. Essa manifestação foi reprimida pela polícia

de forma brutal no dia 8 de março do mesmo ano. Muitas jovens trabalhadoras foram presas e algumas esmagadas pela multidão em fuga. E em homenagem ao heroísmo patenteado em tão difíceis condições pelas operárias nova-iorquinas, a Conferência Internacional Feminina proclamou 8 de março como o Dia Internacional da Mulher e, desde então, essa data faz-se comemorar em todos os anos.

A partir daí surgiram vários grupos populares de mulheres, despertando a consciência de que precisam lutar por seu espaço e por seus direitos. Esses grupos capacitam as mulheres para se oporem às estruturas opressoras, afirmam que podem e devem compartilhar dos serviços de direção e tomada de decisões.

Essa não é apenas uma luta das mulheres ocidentais. Há 150 anos, na antiga Pérsia, atual Irã, em um país onde a mulher cobria seu rosto com véu, não podia sentar-se à mesa com um homem, Tahereh, que significa “A Pura”, levantou sua voz e foi às ruas proclamar ao povo as idéias de Bahá’ú’lláh, profeta fundador da Fé Bahá’í. Retirando o véu, mostrou a todos o seu rosto e abertamente defendeu suas idéias, discutindo com doutores da época. Nada a intimidava e afirmava a todos que “a retirada do véu foi em obediência a um dos princípios de sua fé: a defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Nos estudos de Ramos (1997), é citado que na metade o século XIX, Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma das mais destacadas feministas entre as brasileiras, advogava a abolição da escravatura, mais educação para as mulheres e uma posição social mais alta. Assim, apesar do movimento feminista ter seu início no século XIX, somente ao final da primeira guerra mundial é que a mulher brasileira se insere no movimento através da conquista do voto feminino.

Essas organizações, além da busca do voto feminino, auxiliaram as reivindicações no tocante à questão da mulher, tais como: acesso diferenciado e inferior das mulheres em relação aos homens, ao nível de educação, mercado de trabalho e a questão dos salários. Isto porque o magistério primário era a única profissão considerada respeitável para as mulheres. Uma outra corrente de explicação da situação da mulher que se fez presente no movimento feminista foi a corrente crítica que se desmembrava nas seguintes posturas diferenciadas: corrente materialista e corrente radical.

### 2.1.1 Corrente materialista

A corrente materialista buscava a explicação da situação da mulher a partir do seu lugar na produção doméstica, incluindo as questões sobre o ponto de vista do trabalho doméstico, a maternidade, o cuidado dos filhos e a transmissão de idéias e valores. Ramos (1997, p.119) ao abordar o assunto diz que as feministas materialistas:

romperam com a análise marxista ortodoxa e concentrando-se na análise do trabalho assalariado das mulheres, consideram sua posição mais contundente, ou seja, que todas as mulheres estando designadas ao trabalho doméstico mesmo quando elas exercem um trabalho assalariado as condições deste são determinadas pelas do trabalho doméstico.

### 2.1.2 Corrente radical

A corrente radical trata de explicar a situação da mulher tendo com eixo a opressão sexual, isto é, a agressão exercida pelo sexo masculino sobre o feminino. A respeito, Legault (1991, p. 114) menciona que:

a luta dos sexos é a primeira e primordial, pois é nela que tem origem os fenômenos econômicos e políticos de exploração e dominação, característicos da luta de classes. Essas relações de poder explicam diversas situações de inferioridade e de opressão das mulheres nas esferas pública e privada.

Deste modo, o movimento feminista brasileiro, com a inserção das correntes de explicação da situação da mulher, além de sufrágio feminino, reivindicou a questão do processo educativo. Isto porque a participação da mulher na educação era limitada apesar de ter sido criada em 1827, a legislação relativa à educação de mulheres. A discriminação era evidenciada nos currículos para os homens, o currículo enfatiza a álgebra, e a aritmética para as mulheres a ênfase era na agulha e no bordado.

A esse respeito, Alves (1983 apud RAMOS, 1997, p.45), diz que “as primeiras vozes da constelação feminina que a história registra se dirigem justamente contra a desigualdade sexual no acesso à educação e ao trabalho.”

Quanto à questão da Educação, a situação das mulheres foi mudando. “Com o desenvolvimento da Industrialização, surgiram novas oportunidade de empregos, e



as primeiras médicas e advogadas passam a fazer parte neste contexto.” (RAMOS,1997, p. 46).

Nos anos de 1910 a 1930, um grupo de mulheres, apoiadas em dispositivos legais, conseguiram cargos relevantes que só eram designados para homens. Nesta fase da industrialização do Brasil se fez necessário utilizar cada vez mais a mão-de-obra feminina, por ser mais barata, mais dedicada e mais responsável, e com estes desempenhos, a mulher passou a dividir seu tempo entre o trabalho doméstico e o profissional, mas nem assim, a diferença salarial em relação aos homens deixou de ser enorme, deixando evidente com isso a discriminação ao trabalho da mulher.

Após esta vitória pelo sufrágio feminino, o movimento feminista teve o seu momento de decaída, quando constatou que o direito ao voto não garantiu à mulher o seu ingresso no processo de decisão política. Ficou estabelecido, que a partir do Estado Novo, qualquer manifestação popular era proibida, isto deixou o movimento feminista sem força.

A partir de 1944, numa tentativa de mobilização, as ligas feministas retornam, mas com pouco apoio, só vindo a melhorar em 1945, através da participação das mulheres em campanhas nacionais, pela paz e pela anistia.

Somente com o término da Segunda Guerra Mundial, surgiu um período mais favorável à democracia com eleições em todos os níveis. Criou-se nova Constituição para o país que, apesar das mudanças, deixou evidente, pesando restrições da posição subordinada da mulher ao marido. A esse respeito, vejamos o que diz Blay (1983, apud RAMOS 1988, p.47), na família ela era submetida ao “cabeça do casal”, seu marido, com direito sobre ela, o domicílio e os filhos. No trabalho essa subordinação se repetia, pois ela dependia formalmente de uma autorização do marido para trabalhar. O casamento era indissolúvel, o aborto proibido, não se falava no planejamento familiar, proteção contra a violência ou qualquer outro tema que desse à mulher igualdade ao homem.

Percebe-se nas argumentações de Ramos, que nos anos seguintes as manifestações feministas tiveram seus avanços. Na década de 60, com a revolução sexual, surgiram os métodos anticoncepcionais (a pílula), na década de 70, eclodem novas manifestações sociais denunciando a discriminação, exigindo igualdade de direitos humanos.

O feminismo, enquanto movimento social e proposta política surge no Brasil a partir de 1975, expandindo o debate público sobre poder, igualdade e democracia. Para as mulheres que integraram as primeiras filas deste movimento, reunindo-se em grupos e coletivos, fundando centros e associações, lançando jornais, o conceito de democracia incorporava também as esferas da família, do trabalho, da educação, da violência e da saúde, indo além das esferas dos direitos civis e políticos.

Nas observações de Ramos, é nos anos 80 que a mulher é inserida no contexto político do país. Aumentaram os movimentos feministas e a presença da mulher é cada vez mais marcante na história e na vida política. A criação de creches, postos de saúde, instalação da Delegacia de Defesa da Mulher em 1985 em São Paulo e em outros estados brasileiros, e a criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

A chegada da Constituição de 1988 traz mudanças em relação ao tratamento no que diz respeito à mulher, deixando evidente igualdade jurídica entre o homem e a mulher. Ao homem, tirando a responsabilidade de ser o cabeça do casal (artigo 226), quanto à mulher, fica estabelecida a oposição da discriminação no meio profissional (capítulo II, artigo 7 inciso XX), proteção a maternidade, através da licença à gestante (inciso XVIII), possibilitou a tranquilidade da mulher em relação aos filhos, quando institui a assistência gratuita do nascimento até seis anos em creches e pré-escolas (inciso XXV).

Observa-se que a Constituição de 1988 veio dar mais espaços, fortalecer e contribuir com os anseios feministas que ao longo dos anos manteve esta luta em busca dos direitos civis, a cultura, igualdade, devendo estas conquistas ao movimento feminista que não desistiu do seu propósito, apesar das dificuldades, dos encaixos encontrados e somado a estas questões também veio possibilitar o exercício da cidadania.

Porém a década de 1990 significou um período de consolidação de valores democráticos, particularmente de direitos civis e políticos que, presentes durante os sistemas militares unicamente nas agendas de entidades da sociedade civil, também se incorporava ao discurso governamental e em políticas públicas. Esta é a década das Comissões, Secretarias e Planos de Direitos Humanos, elaborados no executivo e no legislativo. Outra característica da década de noventa é proliferação de organizações não governamentais trabalhando com agendas voltadas para os

direitos das mulheres e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e internacionais neste campo.

Além do fato de que nos anos noventa o governo falava sobre direitos humanos, o seu alcance e significado foi modificado através da ação política de atores diversos, dentre os quais os movimentos de mulheres, desenvolvida no nível nacional, especialmente durante as Conferências da ONU<sup>1</sup>. Trata-se de processo de ampliação do campo dos direitos humanos e de afirmação dos direitos humanos das mulheres, com repercussões no âmbito interno e, ao mesmo tempo, possível graças às conquistas das mulheres no nível nacional. Nesse processo de ampliação dos direitos humanos, dimensões como a violência doméstica, a saúde, a reprodução e a sexualidade e o meio ambiente se incorporavam à esfera dos direitos humanos.

Cabe destacar ainda a intensa mobilização das mulheres no processo preparatório da Conferência de População e Desenvolvimento, em fevereiro de 1993, de onde surgiu a Carta de Brasília, Nossos Direitos para o Cairo 1994.

Destaca-se ainda a significativa mobilização para a Conferência de Beijing, através da Articulação de Mulheres, assim como a relevante presença das mulheres brasileiras no Fórum Paralelo daquela Conferência. Tanto nas conferências do Cairo quanto na de Beijing, mulheres oriundas de ONGs<sup>2</sup> feministas também integraram as delegações oficiais, fato que se repetiria em Durban em 2001, com relação ao movimento negro.

Existe assim uma inter-relação entre as esferas nacionais e internacionais. O movimento de mulheres vem atuando em ambas as esferas, cientes de que os avanços na linguagem internacional de direitos humanos respondem a reconfigurações ocorridas nos cenários nacionais e, ao mesmo tempo, contribuem para sua afirmação e legitimidade tanto frente a governos nacionais quanto a organizações internacionais. Esta internacionalização da atuação dos movimentos de mulheres se verifica no âmbito de um acelerado processo de globalização, sob a hegemonia do modelo econômico neoliberal, da reforma do Estado e avanço do livre mercado, processos que se acentuam no século XXI, trazendo novos desafios aos movimentos de mulheres e aos órgãos de governo, como a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher e outros Conselhos e Secretarias, voltados para a expansão e efetivação dos direitos humanos, o que implica um aumento da responsabilidade

---

<sup>1</sup> Organização das Nações Unidas

<sup>2</sup> Organizações não Governamentais

do Estado. Trata-se de um processo de universalização dos direitos humanos, no qual os movimentos de mulheres desempenharam e desempenham papel definitivo.

## 2.2 Faces do Feminismo no Brasil

O conceito de feminismo aqui utilizado parte do princípio de que o feminismo é ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. O feminismo se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais, na arte, na teoria, na política. Reconhecer um poder não somente no âmbito do público-estatal, mas também o poder presente em todo o tecido social, fazendo a concepção convencional da política e a noção de sujeito. Todos aqueles que têm uma posição subalterna nas relações de poder existentes são chamados a transformá-las. Não existe, pois um só sujeito histórico que enfrenta e transforma tais relações em nome de todos os subalternos. Reconhece uma multiplicidade de sujeitos que, desde sua opressão específica, questionam e atuam para transformar esta situação.

Apesar da ação das mulheres se inscrever numa ação mais geral democratizadora e modernizadora da cultura e dos costumes na sociedade brasileira, a reflexão aqui fica no âmbito dos movimentos de mulheres e do movimento feminista. Esta escolha perde a não analisar as influências mais amplas do movimento feminista, mas, por outro lado, ganha nas possibilidades da reflexão de um segmento organizado das mulheres na sociedade.

## 2.3 A Mulher no Movimento

Para Ávila (2001), o movimento de mulheres é um sujeito fundamental da organização da sociedade civil. Esse movimento não só produz um à inserção das mulheres no processo político geral como traz novas questões para agenda da democracia. Para a autora, o movimento de mulheres é toda forma de organização de mulheres que lutam por diferentes objetivos. Entre essas organizações estão

aquelas relacionadas com categorias profissionais urbanas e rurais, movimentos populares de bairros por melhoria de qualidade de vida, movimento de mulheres negras e feministas, movimento feminista em geral, etc. Há uma dialética entre essas várias formas de organização a partir da qual a questão das mulheres e as questões trazidas pelas mulheres ganham sentido na esfera pública. Para o movimento feminista, cuja luta histórica é a transformação das relações de gênero, a instituição das mulheres como sujeito é o centro da sua ação, é a sua grande conquista e ao mesmo tempo sua contribuição histórica para o movimento de mulheres em geral.

Segundo Alvarez (1988), a presença das mulheres na cena social brasileira nas últimas décadas tem sido inquestionável. Durante os 21 anos em que o Brasil esteve sob o regime militar às mulheres estiveram à frente nos movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por direitos sociais, justiça econômica e democratização. O movimento operário que se organizou nos anos 70 é seguramente o ator mais importante neste cenário. Os movimentos de mulheres constituem a novidade. A presença das mulheres na arena política foi, assim, construída no período da ditadura, a partir dos anos 60, sendo um dos elementos que contribuíram para os processos de mudanças no regime político, além disso, mulheres também compuseram a coluna vertebral de muitas das organizações de sociedade civil e partidos políticos de oposição que com êxito desafiaram regras autoritárias durante os anos 70 e início dos 80.

De fato, as mulheres estiveram presentes nas lutas democráticas e simultaneamente, mostraram e têm demonstrado que diversos setores se inserem diferentemente na conquista da cidadania e que os efeitos do sistema econômico são sentidos diferenciadamente de acordo com as contradições específicas nas quais estes setores estão imersos.

As mulheres – novas atrizes -, ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram desapontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como inteiras e múltiplas. Elas estavam nos movimentos contra a alta do custo de vida, pela anistia política, por creches. Criaram associações e casas de mulheres, entraram nos sindicatos, onde reivindicaram um espaço próprio. Realizaram seus encontros. Novos temas entraram no cenário político, novas práticas surgiram. Algumas autoras citam o movimento que emergiu no Brasil como talvez o mais

amplo, maior, mais radical e o movimento de maior influência dos movimentos de mulheres da América latina.

Dois processos fundamentais que cruzaram a segunda metade dos anos 70 e toda a década de 1980 marcam a presença dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo: as crises econômicas e a inflação crescente que delas decorrem, e o processo de abertura política, ambos afetando e mobilizando tanto as classes médias como as operárias.

Foi durante a ditadura militar, quando existiam as torturas a presos políticos, a homem, mulheres e crianças supostamente participantes de movimentos políticos, que o movimento feminista foi capaz de produzir uma série de argumentos iluminando as ligações da violência contra a pessoa e contra as mulheres na esfera doméstica.

Para Alvarez (1988), o movimento de mulheres que apareceu nos anos 70 rompeu com uma tradição segundo a qual as mulheres manifestavam publicamente valores tradicionais e conservadores, como ocorreu com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que precede ao golpe Militar. O movimento de mulheres nos anos 70 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas em defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia das desigualdades. Concordo com Alvarez quando afirma que, ironicamente, as regras autoritárias e restringir os direitos dos cidadãos e cidadãs, tiveram como consequência à mobilização das mulheres, geralmente marginais na política.

O movimento de mulheres no Brasil foi e ainda é muito heterogêneo. Na realidade, tratam-se de movimentos de mulheres que trouxeram à participação política, muitas mulheres influenciadas pelo feminismo que ressurgiu também no período, “um feminismo revisitado”, como afirmou Beth Lobo ao fazer referência aos movimentos feministas quando as mulheres lutaram pela conquista do voto e pelo direito à educação.

O ano de 1975 é freqüentemente citado como aquele em que grupos feministas reaparecem nos principais centros urbanos. Naquele ano, quando muitas vozes dissidentes eram sistematicamente silenciadas pelos militares brasileiros, a proclamação da Década da Mulher pelas Nações Unidas ajudou a legitimar demandas incipientes de igualdade entre homens e mulheres. As mulheres souberam aproveitar a brecha e organizaram encontros, seminários, conferências, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. A partir,

comemorações públicas do dia Internacional da Mulher 8 de março, passaram a ocorrer em vários estados, várias organizações feministas tomaram forma e vários jornais feministas apareceram.

Os grupos feministas e os movimentos populares de mulheres proliferaram durante os anos de 70 e início dos 80. As comemorações do Dia Internacional da Mulher e constituíram em momentos-chave para a organização de fóruns das mulheres, articulando protestos públicos contra a discriminação de sexo e uma agenda de reivindicações, consolidando uma coordenação de mulheres e laços de solidariedade. Até os dias de hoje essas comemorações se constituem em um dos momentos privilegiados de encontro de movimento de mulheres.

Os sindicatos também passaram a ser lugar da militância feminista, criando-se uma interlocução entre as feministas e as sindicalistas, que teve desdobramentos significativos para as relações entre o sindicalismo e as trabalhadoras.

Uma das parcelas dos movimentos de mulheres nos anos 70 e 80, no Brasil, nasceu dos grupos de vizinhança nas periferias dos grandes centros urbanos. As mulheres dos bairros populares construíram uma dinâmica política própria. Por intermédio de seus papéis socialmente designados de esposa e mães, fizeram os primeiros protestos contra o regime militar. Lutaram contra o aumento do custo de vida, reivindicaram boas escolas, centros de saúde, água corrente, transportes, rede elétrica, moradia, legalização de terrenos e outras necessidades de infra-estrutura urbana, exigindo condições adequadas para cuidar de sua família, educar suas crianças.

A forte presença da igreja católica na vida das mulheres é inseparável desses movimentos. Como resultado das medidas repressivas do governo militar, principalmente de 1964 a 1974, apareceram novas estratégias das comunidades organizadas. A Igreja católica foi um dos poucos espaços que permitiram a articulação da resistência não-armada ao governo militar. Para Alvarez (1988), a Igreja progressista ofereceu um guarda-chuva organizacional para a oposição ao regime e cobriu as atividades de oposição com um véu de legitimidade moral. A vida concreta dessas mulheres se modificou parcialmente por meio de sua inserção nas comunidades, o uso de seu tempo, a ampliação de seu espaço de circulação geográfico e social, suas trocas com outras mulheres, seu ativismo religioso e sua militância política transformaram seu cotidiano.

Assim, as mulheres, a partir da ação política para melhorar suas vidas e a de seus familiares, se redefiniam para si mesmas como legítimas atrizes públicas e modificavam as normas tradicionais que limitam a mulher no âmbito privado do lar. Entretanto, mesmo que organizadas em suas ações de sobrevivência, mesmo tendo saído de seu encerramento doméstico, identificado interlocutores, aumentado seu sentimento de auto-estima, estas mulheres podem não modificar o essencial a profunda segregação sexual na sociedade, nem alterar a direção dos projetos sociais. Mas elas se constituíram e ainda se constituem nas interlocutoras privilegiadas das feministas.

Cappellin (1994) ressalta que outra parcela deste movimento de mulheres são as trabalhadoras urbanas e rurais. O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho é simultâneo ao aumento de sua sindicalização e à emergência do movimento de mulheres, o qual, em dúvida influenciou no relacionamento dos sindicatos com estas e na percepção destas quanto a sua condição de trabalhadoras. No decorrer da década de 1980 vão aparecer muitas comissões de mulheres ou departamentos nos sindicatos e nas centrais sindicais, organizadas a partir de 1983. Logo surgem as comissões de mulheres ou secretarias de mulheres. Estas vão se constituir em lugares onde são geradas as reflexões e propostas de ação sindical das mulheres, um lugar onde as trabalhadoras possam romper seu silêncio, falar de suas angústias e medos e legitimar uma representação feminina num espaço político considerado masculino. As centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas para o debate. Elas introduziram a discussão do cotidiano do trabalho, da desvalorização do salário, da segregação ocupacional, da ausência de infraestrutura de assistência à trabalhadora gestante, da violência no local de trabalho e também das práticas sindicais que as excluem de uma participação mais ativa nos postos de decisão. Conseguem fazer uma reflexão própria que articula uma luta contra a discriminação por sexo nos locais de trabalho com uma demanda visando a romper assimetria nas relações de poder no interior das organizações sindicais. As trabalhadoras tratam também dos elos e impasses na articulação entre o mercado de trabalho e família.

Nos anos 80, e ainda hoje, as feministas mantêm uma relação intensa com essas diversas faces do movimento de mulheres – muitas vezes tensa, outras enriquecedoras ou até empobrecedora. Fizeram um entrelaçamento dessas



diferentes vertentes, de modo que hoje ficam um pouco menos nítidas as demarcações, principalmente entre as mulheres dos movimentos populares e o movimento feminista.

Os anos 90 demonstraram que o feminismo multiplicou os espaços e lugares em que atua e, conseqüentemente, onde circula o discurso feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, mitos feministas são construídos. As mulheres nos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, as raças e etnias diferentes, com sexualidades trajetórias políticas distintas. Sônia Alvarez (1988) usa o termo “mosaico de diversidade” quando descreve os movimentos presentes no processo da IV Conferência Mundial da Mulher da Mulher, em 1995.

Na década de 1990, as feministas brasileiras começam a participar mais ativamente dos fóruns políticos internacionais, a partir do ciclo de Conferências Mundiais das Nações Unidas, que se iniciou em 1992 com a Conferência do Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Um número crescente de organizações de mulheres trabalhou na preparação da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos. Em 1994, os preparativos da Conferência do Cairo sobre Desenvolvimento e População articulou um grande número de mulheres por meio da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Mas a participação em cada um destes processos preparatórios ficou muito restrita a setores especialistas do movimento.

Em 1994, o início dos preparativos para a IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em 1995, proporcionou excelentes oportunidades para o fortalecimento dos movimentos feministas e de mulheres. Inúmeros grupos feministas e centenas de grupos de mulheres construíram uma diversa e complexa rede de cooperação para a preparação da Conferência, de proporções realmente nacionais. Segundo Soares (1995) estavam incluídas as rurais, grupos das periferias das cidades, trabalhadoras das centrais sindicais, organizações de lésbicas, sindicatos de empregadas domésticas, feministas acadêmicas, associações de prostitutas, entre outras. Impulsionou-se um grande debate público sobre a

desigualdade das mulheres. Com o objetivo de fortalecer e unificar o movimento de mulheres independente das diferenças ideológicas e políticas foi organizada uma coordenação: A Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing-95. Esse processo gerou uma agenda genuína do movimento de mulheres no Brasil, centrada nas necessidades das mulheres de todas as classes e grupos étnico-raciais. De outro lado, o processo dessa conferência é também uma experiência histórica que marca a relação entre a organização nacional e internacional das mulheres.

Os anos 90 também se caracterizaram pela introdução de novas temáticas; as ações afirmativas, as cota mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e, mais recentemente, nas listas de candidaturas aos cargos legislativos, como medidas para superar a quase ausência das mulheres nesses ambientes. Recentemente, a luta pelo direito das mulheres o aborto tem sido alvo de muitos debates e reportagens na mídia. Esse é um velho tema das feministas, mas no Brasil só após a democratização têm envolvido em maior número as mulheres.

Ainda nos anos 90, no que se refere aos direitos e benefícios sociais, as mulheres demandavam a extensão destes para as trabalhadoras domésticas; o aumento da licença maternidade para quatro meses, o direito das mulheres em situação prisional de amamentarem seus filhos; o direito a titularidade da terra à mulher rural, independente de seu estado civil; o reconhecimento de que havia discriminação no trabalho. Em março de 1987, quando da inauguração do Congresso Constituinte, foi entregue ao Deputado Ulisses Guimarães, Presidente do Congresso Nacional a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes<sup>3</sup>, esta carta que é sem dúvida, um documento histórico, apresentava as propostas das mulheres para uma ordenação normativa que traduzisse um patamar de igualdade entre homens e mulheres, e afirmasse o papel do Estado na efetivação deste marco normativo.

A partir deste momento, tem início este grande movimento de luta pelos direitos da mulher na Constituição que ficou conhecido com O Lobby do Batom<sup>4</sup>. Pela primeira vez em na história, o Congresso tem uma representação mais significativa de mulheres, 26 parlamentares, o que contribuiu intensamente na campanha. Com raras exceções, estas parlamentares trabalharam e ofereceram um

---

<sup>3</sup> Carta com propostas das mulheres para uma ordenação normativa que traduzisse um patamar de igualdade entre homens e mulheres, e afirmasse o papel do estado na efetivação desse marco normativo.

<sup>4</sup> Movimento de sensibilização dos deputados e senadores sobre a relevância de considerar as demandas das mulheres, para a construção de uma Carta Magna verdadeiramente cidadã e democrática.

apoio fundamental ao lobby, e que ficou conhecido como a bancada feminina. Quando aconteceu a promulgação da Constituinte, em outubro de 1988, as mulheres conquistaram a maioria expressiva de suas reivindicações, o lema, Constituinte Pra Valer tem que ter Direitos de Mulher havia sido alcançado. Foi um momento importante e de festa para o feminismo, porque a partir daí as mulheres passaram a ser regidas por uma Carta cuja matriz é o princípio da dignidade humana e dos direitos humanos.

É importante avaliar os avanços das mulheres e do movimento de mulheres ao longo de duas décadas pós-constituinte. Alguns desses avanços no campo legislativo referem-se à regulamentação de artigos da Constituição Federal, como a Lei do Planejamento Familiar, de 1996, a Norma Técnica do Ministério da Saúde sobre os avanços da violência sexual, de 1998, a eliminação das discriminações no novo Código Civil de 2003, que incorpora o princípio da igualdade entre homens e mulheres e do texto do Código Penal, em 2005, a Lei Maria da Penha, de 2006, referente à violência contra a mulher. No campo das políticas públicas, as pressões desses movimentos permitiram a consolidação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs, como equipamento da área de segurança pública, a legitimação dos serviços de contracepção de emergência e de aborto legal nas instituições públicas de saúde; os abrigos e os centros de referência como serviços necessários a serem prestados pelas instituições públicas de assistência social; a inclusão das mulheres nos planos de reforma agrária; o fortalecimento institucional da SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a criação de coordenadorias e secretarias estaduais e municipais das mulheres; a recente criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de acordo com a Lei Maria da Penha. São, entretanto, inúmeros desafios, dentre os quais o de manter viva a memória deste momento fundamental da vida política da Brasil, de tornar a Constituição mais presente nas ruas, nas escolas, nas universidades, para que a população a perceba com sua, como instrumento principal de sua cidadania.

O que foi mostrado aqui é que o movimento de mulheres, assim como outros movimentos sociais, construiu teias de organizações que perpassam o dia-a-dia da vida das pessoas, tomou as experiências cotidianas de injustiça e de carência como base de reflexão e luta política para sua superação, onde se forjam também novas propostas de ação social. Dessa maneira, o conflito se espalha, se enreda,

integrando espaços coletivos e vida pessoal, cuidando do presente e construindo mudanças para o futuro.

#### 2.4 Mulher e Política

Observa-se que em toda sociedade machista e patriarcal, as mulheres tem sido, historicamente, relegadas à invisibilidades e ao silêncio. Confinadas nos espaços privados, elas ficaram quase sempre fora dos espaços públicos, submersas no silêncio e na invisibilidade da vida privada, dedicadas à família e pouco consciente do próprio valor e do seu papel na sociedade. Aos poucos rompem com o silêncio e a inviabilidade e começam a emergir e ocupar espaços públicos, antes reservados aos homens, tanto no que se refere ao mundo do trabalho como em outros campos da vida social.

Ao tomarem plena consciência de seus direitos, como trabalhadora e cidadã, as mulheres começam a se envolver em ações coletivas, como exemplo, o movimento por creches públicas para seus filhos e os filhos dos demais membros da comunidade; por serviços de saúde; por moradia popular entre outros. Ao participar dessas lutas, as mulheres adquirem auto-estima, conscientizam-se se formam politicamente. Tornam-se lideranças em suas comunidades e passam a ser referência para as outras mulheres, com efeito, hoje elas estão no mercado de trabalho e nos sindicatos participam de diversas campanhas em prol dos trabalhadores, porém estão fora das instâncias de direção, dos espaços de poder, historicamente, reservados e quase exclusivamente ocupados pelos homens.

Ao ocuparem espaços públicos, as mulheres tomam consciência do seu papel político na sociedade e que precisam disputar e conquistar poder como condição para garantir seus direitos afirmando-se, assim, como sujeito social e político. De todas as barreiras à participação das mulheres, a da política é, sem dúvida, a mais difícil de transpor, exatamente por ser a política o espaço e do poder e, como tal, tem privilégio dos homens.

A participação da mulher no legislativo federal tem sido extremamente limitada, Em 1933 foi eleita a primeira deputada federal e, nos 58 anos seguintes somente 82 mulheres se elegeram no final dos anos oitenta, quando o debate sobre

o acesso da mulher ao poder político já havia ganhado espaço na sociedade. Apesar de crescente, ainda hoje, mesmo com o sistema de quotas para candidaturas femininas, é pouco significativa a presença da mulher no legislativo federal. Nas eleições de 2002, oito mulheres ocupam as 54 cadeiras do senado federal (14,8%) e 42 deputadas federais representam 8,19 dos assentos da câmara dos deputados.

Constata-se que apesar da metade da população brasileira ser constituída por mulheres, e representam 51% do eleitorado do país, elas estão sub-representadas nas esferas de poder, sendo, por exemplo, menos de 9% na Câmara dos deputados e pouco mais de 12% no Senado Federal. Essa realidade desmerece a democracia do Brasil. É importante registrar alguns dos avanços em termos de participação política das mulheres, ainda que tenha acontecido com atraso e limitações. Em 1995, foi aprovado o sistema de cotas para as eleições do ano posterior, com reserva de 20% de vagas para as mulheres. A partir de 1997, a reserva passa a ser de, no mínimo 30% e no máximo 70%, para candidaturas de cada sexo. Trata-se, portanto, de uma conquista meramente formal, já que os partidos políticos não a cumprem totalmente, sem que, por isso, sofram qualquer ação. Além disso, as mulheres não dispõem de condições objetivas para superar dificuldades nas disputas eleitorais, tais como, falta de recursos financeiros, insuficiente capacitação política, invisibilidade da mídia.

Outro indicativo da exclusão das mulheres brasileiras nos espaços públicos de poder é o fato de que em toda a história do poder legislativo no Brasil, mais de 180 anos, nenhuma deputada ocupou cargo, como titular, na composição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Somente quatro delas, em todo esse tempo, ocuparam apenas cargo de suplente. Outro fato importante a ser discutido é que no atual quadro partidário brasileiro, as mulheres quase não têm chance de ampliar sua participação política. São poucas em cargos de direção dos partidos, preferencialmente ocupados por homens que se perpetuam neles. Evidentemente que a responsabilidade disso acontecer, não é só dos homens. É também das mulheres que não se lançam nas disputas partidárias internas, preferindo apoiar e eleger dirigentes homens por diversas razões, entre elas, insegurança ou até mesmo baixa auto-estima quando se trata de disputar poder. Tal atitude pode significar insuficiente compreensão do seu papel político e da necessidade de ter poder para que seus direitos sejam assegurados. Penso que as mulheres devem se interessar

por política e, até mesmo, filiar-se a partidos se quiserem, de fato, influir no processo político e na definição rumos da vida do país.

Outrossim, as mulheres precisam se opor à forma patriarcal, autoritária e centralizadora que, tradicionalmente, o poder é exercido, seja nos partidos políticos, seja nos demais espaços de poder. Isso requer mudança de cultura política e cumpre às mulheres contribuir nesse sentido. Não basta disputar e conquistar poder político. É necessário transformar o poder, exercê-lo de maneira diferente, rompendo o autoritarismo e a centralização que têm caracterizado a prática política e o exercício do poder em sociedades machistas e patriarcais, como a brasileira. A inserção das mulheres no mundo da política deve significar, portanto, a oportunidade de se construir um novo paradigma para as relações políticas e para o exercício da cidadania.

Trazendo para a realidade do Município de Boa Vista, no Estado de Roraima, local chave da pesquisa, buscou-se dados para mostrar um pouco da história das mulheres inseridas na política boavistense. O contexto não é diferente de outros municípios e estados. As mulheres na sua minoria estão inseridas na política, mas a respectiva inserção já apresenta alguma mudança que expressam novos valores nos exercício de mandatos parlamentares, rompendo com certas práticas da política tradicional com viés machista: competitiva, autoritária e excludente. A Câmara Municipal de Boa Vista, que representa a maior parte da população roraimense, considerando que esse município abriga 65% da população total, tem hoje no seu quadro de 17 parlamentares, apenas uma mulher ou menos de 6% do total. Essa situação representa, na realidade, retrato histórico das relações políticas da mulher no seio da sociedade roraimense, minoritária, apesar de corresponder a 50% da população geral do município. A representação feminina na Câmara Municipal de Boa Vista, que apesar de implantada em 1957, teve sua primeira vereadora Valderez Fraxe, na década de 1960, mais precisamente no ano de 1969, quando da Constituição da 1ª Câmara, exerceu o cargo de presidente e vice-presidente no período de 1970 a 1971.

Atualmente a vereadora Maria de Lourdes Pinheiro é a única representante feminina na Câmara Municipal. Ela é exemplo de política para o nosso estado no sétimo Mandado, presidiu por cinco vezes a Casa Legislativa.

Dos vinte e quatro deputados eleitos em 1990 para exercerem a primeira legislatura do Estado de Roraima, destacaram-se cinco mulheres sendo elas: Eulina

Gonçalves Vieira, Noêmia Bastos Amazonas, Odete Irene Domingues, Rosa de Almeida Rodrigues e Vera Regina Guedes Silveira. Todas sem exceção contribuíram na elaboração da Constituição do Estado de Roraima.

Atualmente as deputadas que compõem a bancada estadual da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima são quatro e que compõem a bancada federal são duas, percentual importante, tendo em vista que anteriormente essas vagas eram ocupadas na sua grande maioria pelos homens.

A Secretária do Estado e Bem-Estar Social, Maria Marluce Moreira Pinto, foi eleita a primeira Deputada Federal do Estado de Roraima e contribuiu permanentemente com o desenvolvimento do Estado. Na seqüência Maria Teresa Saenz Surita Jucá (1991-1994), sendo eleita posteriormente prefeita do Município de Boa Vista por dois mandatos. Posteriormente foi eleita como Deputada Federal Maria Suely da Silva Campos (2003-2006), que atualmente é Vice-Prefeita do Município de Boa Vista.

A política é o meio mais eficaz para se transformar a sociedade no interesse das mulheres e dos setores populares da sociedade, por isso é necessário a inserção da mulher no mundo da política, o que exige formação e coragem para enfrentar discriminação e preconceito, por ousar disputar o poder com os homens num campo que tem sido quase exclusivo seu. Esse é o maior desafio a ser superado na militância política-partidária.

Não só o país, mas o próprio estado de Roraima ganhariam muito com inclusão de 50% da sua população na vida política, pois teria a participação das mulheres nas decisões e na busca de soluções para os graves problemas nacionais, além de elevar o padrão de democracia e de civilização no Brasil.

### 3 A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

No século XIX, a consolidação do sistema capitalista trouxe inúmeras mudanças, tanto no processo produtivo quanto na organização do trabalho, especialmente para a mão-de-obra feminina. O sistema de produção manufatureira e, posteriormente, fabril, o desenvolvimento tecnológico e a introdução da maquinaria vão afetar os trabalhos femininos, transferindo para as fábricas tarefas antes executadas a domicílio, aumentando a força de trabalho feminino.

A inserção da mulher no mercado de trabalho começou a ganhar espaço, como trabalhadora pública, com o advento da Revolução Industrial e a conseqüente introdução da máquina a vapor. A mulher foi lançada no mundo do trabalho urbano pelo capitalismo industrial. No sistema de produção capitalista, onde os meios de produção estão apropriados por uma minoria, origina-se a dominação e a exploração dos trabalhadores. Conseqüentemente, a mulher é vítima desse sistema e apresenta-se como ator principal e tradicional na sociedade patriarcal: dominação e submissão (fatores antagônicos). O capitalismo conseqüentemente dá margem à exploração também da mulher, não lhe concedendo o livre arbítrio social, como lhe é dado no direito constitucional. Para Harneccker (1990) nesse aspecto, a mulher é afetada em dupla dimensão, tanto no nível superestrutural com no plano estrutural. No aspecto superestrutural, quando concebe a instituição dos elementos jurídicos, políticos (Estado, direito, deveres e obrigações) e ideológicos (idéias, valores, artefatos culturais, costumes sociais, símbolos); e, no aspecto estrutural, quando concebe as relações e proporções ao nível do sistema econômico. Como trabalhadora a mulher é tratada em segundo plano, com raras exceções.

Desde o final do século passado as mulheres tornaram-se o principal reservatório de mão-de-obra, e representavam o movimento ascensional das ocupações mal pagas, domésticas e suplementares. Nesse período, as mulheres, dividiam com os homens as difíceis condições de trabalho vigentes, como jornadas de trabalho de até 18 horas e as diferenças salariais eram brutais. Embora os dados atuais mostrem que a diferença salarial entre os gêneros não seja tão disparada, como nesse período, ela ainda persiste com índices bastante distanciados e acredito que serão necessárias muitas décadas para ocorrer à equiparação salarial.

A justificativa ideológica para esta superexploração era de que as mulheres necessitavam menos trabalho e menos salários do que os homens, porque,



supostamente, tinham quem as sustentasse. Na família, o homem tinha a obrigação de manter o sustento de todos os seus dependentes, a mulher deveria receber menos, pois não era dela que provinha a renda familiar. Isso reforçava a idéia de que o trabalho era inferior e mal pago. Quando os homens não conseguiam manter a subsistência da família sozinhos, aí necessitavam do trabalho pago das mulheres para manter o orçamento familiar. Pois perante a sociedade, era importante que a mulher não trabalhasse fora, pois seu trabalho demonstrava que a família estava passando necessidade.

Nas zonas rurais, o que caracterizava a vida da maioria das mulheres era a impossibilidade de separar as funções de trabalho de casa e o realizado na esfera pública das atividades domésticas. Os agricultores necessitavam das esposas, tanto para o trabalho na fazenda como para cozinhar e criar os filhos. O mesmo ocorria com os mestres-artesões e pequenos lojistas que, além do trabalho doméstico, precisavam das mulheres para conduzir seu comércio. Não existiam ocupações exclusivamente femininas (exceto a prostituição e os divertimentos públicos ligados à mulher). De modo geral, independentemente do desenvolvimento da industrialização na Europa e em outros países ter apresentado particularidades e graus distintos, exigindo mais, ou menos, a participação das mulheres, a história do século XIX teria pouco a dizer sobre as mulheres. Isso se não fosse o aparecimento simultâneo de movimentos femininos, a fim de obter participação sufragista, “elas não estavam fora da história, mas estavam fora da história da sociedade do século XIX.” (HOBSBAWN, 1988, p.54).

A expansão feminina no mercado de trabalho dá-se, acima de tudo, com ingresso de muitas mulheres nas escolas acadêmicas e nos cursos de formação; bem como pela disponibilidade desses cursos profissionalizantes que favorecem o lado profissional e o reforço da renda familiar. A expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades contribuem para o processo de transformação profissional. A persistência da atividade feminina no mercado de trabalho é explicada pela “consolidação das mudanças nos padrões de comportamento, que teve como marca registrada a crise econômica, a inflação e o desemprego.” (BRUSCHINI, 1994, p.66).

A inserção das mulheres no trabalho produtivo passa pela divisão sexual do trabalho. Esta questão ficou por muito tempo ocultada e somente no final dos anos 70 encontramos maior número de pesquisas sobre o tema. Os estudiosos remetem

a economia do trabalho, à psicologia e à antropologia o pioneirismo neste campo. A sociologia chegou muito mais tarde. Para Elizabeth Lobo (1991, p.194) “o estudo da fábrica e dos postos de trabalho não incorporou a problemática do trabalho feminino.” Levando em conta o conteúdo dos estudos sobre o trabalho no campo da sociologia da educação, pude observar que a maioria dos estudos se dedicou mais à análise do “gueto ocupacional” feminino, do que ao aprofundamento desta questão no cotidiano dos alunos, trabalhadores, ou filhas e filhos destas famílias.

Na década de 1980, foram bastante abundantes os estudos sobre a participação feminina no trabalho produtivo, no setor fabril. Em geral, esses estudos apontam, em maior ou menor grau, as diferenças masculinas e femininas, focalizando as dificuldades de conciliar família e trabalho, as discriminações com relação a cargos e salários, a questão da qualificação e da estabilidade no trabalho, a participação sindical e o potencial de resistência nas lutas, sem abordar especificamente os diversos processos de produção nos quais a mulher está inserida, de forma diferente do homem,

Para Silva (1995), a questão de gênero, ao se referir à organização social da relação entre, os sexos uma dimensão ideológica e política que ultrapassa os indivíduos – homens e mulheres – traz no seu bojo uma nova questão que interessa a esse estudo: a divisão sexual do trabalho. A divisão funcional entre os corpos masculino e feminino no universo doméstico, comandado pelo patriarcado, chegou rapidamente às relações de produção e as domina até hoje Não cabe aqui definir como as relações de dominação entre os sexos se processaram historicamente. O que parece claro é que essa dominação é anterior ao capitalismo e que, logo que se constituíram com uma identidade própria.

A quantificação e a análise da incorporação da mulher no mundo do trabalho tornou-se uma questão prioritária. Isso se deve não só à importância da luta pela emancipação feminina e de igualdade entre os gêneros, como pelo crescente peso específico das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, há a possibilidade de as novas configurações do trabalho serem mais adequadas às aptidões e características femininas, que as encontradas no mercado de trabalho até alguns anos atrás.

A inserção laboral das mulheres passou a ter novos significados. A mudança nos valores historicamente atribuídos ao trabalho remunerado para as mulheres deu outra perspectiva ao trabalho feminino. O trabalho por rendimento passou a assumir

um caráter emancipador com os movimentos feministas nascidos nas camadas médias da população. Para um contingente significativo de mulheres, principalmente para as que pertencem a camadas de rendas médias e altas da população, o trabalho assumiu o significado de desenvolvimento pessoal através de uma carreira, de independência financeira e de realização profissional.

Por fim, deve ser mencionado o caráter consistente da inserção laboral recente das mulheres. A intensidade e a rapidez com que mudou o padrão da presença feminina no mercado de trabalho não são as únicas, talvez sequer as principais, características da inserção recente das mulheres no mundo do trabalho. Jogam um papel importante na caracterização desse novo padrão a diversificação ocupacional, com a abertura do espectro de ocupações exercidas pelas mulheres, e o caráter definitivo dessa entrada, descolado das crises e conjunturas econômicas e dos ciclos de vida das mulheres e das famílias.

Alguns fatores reforçaram esse novo padrão de trabalho feminino e criaram condições para a expansão do ingresso de mulheres no mercado de trabalho. Por um lado, as elevadas taxas de desenvolvimento econômico que, no caso latino-americano, marcaram especialmente as três décadas subseqüentes ao pós-guerra, incorporaram novos contingentes de trabalhadores, inclusive às mulheres. Por outro, a necessidade econômica, seja em decorrência da deterioração dos rendimentos reais do trabalho, seja frente aos novos anseios de consumo, a alteração no padrão de consumo, com a presença de novos produtos, inviabilizou, para a maioria da população, a realização do modelo tradicional de família patriarcal de provedor único masculino, impelindo as mulheres a trabalharem fora de casa para aumentar a receita doméstica.

O impacto desses fatores acentuou mudanças na estrutura familiar, principalmente com o crescimento de famílias chefiadas por mulheres e consolidou a importância do trabalho feminino na sobrevivência das famílias. Essas mudanças no padrão familiar tradicional reconfiguraram significados nas relações de gênero no interior das famílias e alteraram o perfil da participação feminina no mercado de trabalho. Todavia não mudou de forma substancial o leque de responsabilidades femininas com a esfera da reprodução: trabalho doméstico, cuidados com filhos e familiares, dentre outras, observando-se, via de regra, uma sobreposição de atribuições, o que faz subsistir uma profunda inter-relação do trabalho feminino remunerado com o tipo de estrutura familiar em que as mulheres estão inseridas.

Em Roraima, quase metade das famílias tem na mulher a pessoa de referência, ou seja, chefiando o lar. O Estado tem 62 mil famílias lideradas por homens e 60 mil comandadas por elas, uma mudança que vem ocorrendo nos últimos trinta anos, notadamente da década de noventa para cá, “A mulher é a pessoa de referência familiar, não significa necessariamente que ela mantém o lar, mas é ela quem toma a decisão”, explica o sociólogo Vicente de Paula Joaquim, chefe do escritório local do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

Faz alguns anos que elas tomaram dos homens a liderança nos bancos das universidades. Na média brasileira as mulheres ocupam um ano a mais de estudo que os homens. As roraimenses ocupam o honroso quinto lugar das que mais estudam no país. Só perdem para as estudantes de Brasília, São Paulo, Tocantins e Rio de Janeiro. Elas passam pelo menos 9,1 anos na escola enquanto eles permanecem 8,1. No Piauí e na Paraíba, onde há o menor índice, elas estudam, em média 6,3 anos.

Percebe-se que aqui há mais possibilidades de ingresso no ensino superior em função da oferta de benefícios sociais como o financiamento público. Por outro lado, a rede de ensino médio tem capilaridade bastante abrangente e não faltam vagas. Só não estuda quem não quer.

O número de mulheres que se declararam ocupadas segundo pesquisas do IBGE é maior que os homens. Das 133 mil pessoas ocupadas, 4,67 eram homens e 53,3 eram mulheres. Deduz-se que o público feminino se identifique mais como pessoas ocupadas do que os homens.

Porém a disparidade de salário ainda persiste. Na pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio-PNAD de 2007, o rendimento médio mensal do trabalhador roraimense era de R\$ 633,00 sendo que a média masculina era de R\$ 729,00 e a feminina bem baixo, de R\$ 568,00.

Essa distorção se explica porque a maioria das mulheres está ocupada em trabalhos de baixa remuneração como o serviço doméstico, mas no Brasil esta distorção é ainda maior, talvez porque aqui o maior empregador é o serviço público que não em distinção salarial por gênero.

Interessante notar, porém, que nas faixas acima de cinco salários mínimos, as mulheres ganham mais que os homens, reflexo do maior número de mulheres com

nível superior. De dez a vinte salários mínimos, por exemplo, o homem ganha em média R\$ 4.500,00 e a mulher R\$ 5.002,00.

Os dados demográficos apontam um equilíbrio entre as populações masculina e feminina. Na estimativa feita em 2007, o IBGE concluiu que somos 418 mil pessoas, sendo 209 homens e 208 mil mulheres. Nas áreas urbanas, porém, elas são a maioria. Dos 348 mil habitantes das cidades e vilas, havia 170 homens e 177 mil mulheres.

A análise de dados referente às mulheres ocupadas no mercado de trabalho, na categoria de dirigentes em geral, mostra que no conjunto do País, em 2007, as mulheres estão menos representadas que os homens. Roraima apresenta um percentual de 3,9% para os homens enquanto as mulheres representam 3,1%. As evidências empíricas trazidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD, entretanto contradizem, em certa medida, o senso comum em relação à supremacia dos valores culturais tradicionais na determinação dos papéis assumidos por homens e mulheres na sociedade Roraimense. Uma hipótese explicativa seria o diferencial de escolaridade entre homens e mulheres, também mais favorável a elas, pois Roraima apresenta o percentual de 8,2 para os homens e 9,1 para as mulheres que vem se destacando em relação aos homens, especialmente na área urbana. Isso mostra que os homens estão perdendo espaço universitário para as mulheres.

É importante dizer que a participação das mulheres no mercado de trabalho em Boa Vista, os dados mostram em sua grande maioria e têm chegado a conclusão, a de que o aumento da entrada de mulheres no mercado de trabalho, é decorrente da busca da sua emancipação e realização profissional.

Observa-se assim que a participação feminina no mercado de trabalho tornou-se uma questão central: à medida que os homens são expulsos da força de trabalho nos setores modernos, as mulheres que não trabalhavam anteriormente, são crescentemente incorporadas ao comércio e indústria. Pois elas, movidas pela necessidade de contribuir para a manutenção da família, ou mesmo pelo desejo de obter realização profissional, as mulheres estão, ao longo desta década, cada vez mais presentes no mercado de trabalho. Em outras palavras, pode-se dizer que houve o rompimento de barreiras importantes, modificando e ampliando a

participação feminina nas diversas instâncias da sociedade, além de permitir cada vez mais uma crescente participação feminina no mercado de trabalho.

### 3.1 A Mulher no Trabalho Produtivo

A trajetória da mulher no mercado de trabalho se deve a vários fatores e se efetiva de vários modos. Vale lembrar que, nessa inserção, permeiam, por um lado, as necessidades do capital e, por outro, os condicionamentos próprios da natureza feminina e dos papéis sociais que a sociedade lhe atribuiu. O propósito aqui é delinear a trajetória da força feminina de trabalho em termos históricos e analíticos, mais do que estabelecer estatísticas. São pontuados modos do ser mulher-no-trabalho-produtivo que não aparecem necessariamente de forma linear, etapista ou estanque: a mulher voltada exclusivamente para as profissões ou ocupações “femininas”; a participação feminina, em massa, de forma de espaço próprio em todas as áreas da produção e dos serviços.

Nas últimas décadas, os redutos profissionais femininos sofreram uma “invasão masculina” visível, o que não alterou muito o prestígio sócio-econômico das profissões. No serviço público, estabeleceu-se a isonomia de condições de trabalho e salário, por força de lei, mas constata-se a reserva de trabalho na educação, para citar apenas um exemplo. No 1º grau, a porcentagem de mulheres é muito maior, o salário e a valorização são inferiores. No setor industrial, localizam-se os guetos que se mantêm feminino: limpeza, serviços administrativos, telefonia etc. O comércio e os serviços privados são fortemente empregadores do trabalho feminino.

Na década de 1960, principalmente, pela expansão industrial no país com o desenvolvimento da produção taylorizada, a força de trabalho disponível constituía-se basicamente de camponeses recém-chegados do campo e, dentre eles, a mulher. Essa mulher contribuiu para que se delineasse o perfil de “força de trabalho ideal” e de pouco custo para a produção: jovem, sem encargos familiares, pouco alfabetizada na sua maioria, mas que, em contrapartida, não apresentava no trabalho algum desejo reivindicatório manifestava satisfação com o seu novo status de operária. Em alguns setores, ainda nos anos 70, era admissível a mulher se

demitir ao se casar. Encontravam-se no agir dessa mulher a passividade e a subordinação em face da exploração.

Esse quadro foi se modificando, em meados da década de 1970, quando a mulher entrou no mercado de trabalho para “complementar o orçamento familiar” e concorreu à vaga na indústria, fortalecida com os benefícios de sua condição: licença maternidade, creche etc. A presença dessa nova trabalhadora, com novas exigências, para aliar sua responsabilidade familiar e sua responsabilidade na produção se constitui, sem dúvida, como alavanca para as conquistas trabalhistas constitucionais de 1988. A legislação diferenciada para a mulher trabalhadora está sendo constantemente questionada e, hoje, ameaçada na revisão constitucional por ver-se nela uma medida protetora – alguns chegam a dizer “protecionista”. Um exemplo concreto é possibilidade da aposentadoria diferenciada pelo reconhecimento da “dupla jornada” das mulheres. Traçando a trajetória destas conquistas trabalhistas, que nem sempre são efetivadas bem como de políticas relativas à mulher, demonstra que longe de discriminar, elas assumem simplesmente as diferenças biológicas com relação à reprodução e proteção dos filhos. Os temas igualdade e/ou proteção, igualdade/diferença, valem-se de longas e calorosas discussões teóricas. As políticas de proteção à maternidade são muito benéficas para o avanço da discussão das relações de gênero, não só na esfera do trabalho, mas também, como agente controlador dessas relações.

Um terceiro modo de viver do trabalho da mulher trabalhadora, seja ela necessidade de sobrevivência, seja pela elevação da consciência do seu potencial humano individual e, talvez, coletivo, traz à tona um novo sujeito no trabalho; a mulher que conquista novos espaços de trabalho. A escolarização, a ocupação própria do corpo utilizando cada vez mais (livremente ou induzida) os métodos contraceptivos, os arranjos familiares construídos numa união marital, estável ou não, contribuíram para sua busca de estabilidade no trabalho. A mulher enfrenta cada vez mais a concorrência masculina, bem como derruba certos preconceitos empresariais, como a fragilidade, a incompetência, etc. Assim, podem-se visualizar as potencialidades femininas em todas as áreas da produção e da organização do trabalho.

A realidade do trabalho feminino demonstra que ainda é uma parcela reduzida de trabalhadoras que alcança, tanto no plano profissional como ocupacional este nível de participação no trabalho. Também se constata que, em certos setores

produtivos, permanece a “trabalhadora ideal”. As conquistas trabalhistas da mulher não foram ainda totalmente alcançadas por todas. A remuneração igual para trabalho de igual valor é de difícil assimilação, não somente pela empresa, mas também pelos próprios colegas masculinos”. Segundo dados do IBGE, referentes a 2008, as trabalhadoras brasileiras recebem, em média, 57% do salário dos homens, ainda que desenvolvam as mesmas atividades. As questões ligadas à múltipla jornada, ao assédio sexual, à exigência da boa aparência, a obrigatoriedade de comprovar o uso de contraceptivo no ato da admissão, à demissão sumária ligada à maternidade etc. São temas ainda em aberto. Alguns estão ligados a práticas patronais retrógradas, outros decorrem diretamente da ausência/negação do debate das questões de gênero, debate ainda incipiente no meio dos trabalhadores.

Apesar dos atrasos, das hesitações, dos bloqueios que ainda permeiam as relações de gênero no trabalho, as pesquisas em curso sobre o desenvolvimento feminino oferecem alguns indicadores para a compreensão das mudanças que se efetivam no trabalho. Isso se deve não somente às lutas, resistências e criatividade produzidas no interior do trabalho, como também, indiscutivelmente, aos avanços do debate e das ações em meio à sociedade. Esses indicadores apontam uma nova individualidade que a mulher desenvolve uma busca mais madura de identidade e de poder, como certa perspectiva de desmasculinização das tecnologias.

Segundo Elizabet Lobo (1991) esses aspectos chamam atenção e podem definir as perspectivas de mudanças. Pode-se constatar que o trabalho assalariado, exercido não somente como fonte de renda, mas como realização pessoal, no sentido de emancipação da rotina doméstica, desenvolve um novo mundo de ser social. Pode-se conferir este dado na mesma pesquisa empírica, realizada em 1993, anteriormente referida. A saída trabalho pode permitir à mulher distanciar-se dos elementos “naturais” à sua constituição que a esfera do doméstico e da dominação do núcleo familiar patriarcal. Parece-nos claro que essas motivações para a inserção no trabalho são suficientes para constituir a relação de classe, o que, ambigualmente, muitas vezes dá razão à indagação sobre o potencial de resistência feminina no trabalho. Isso demonstra que as relações de dominação do patriarcado e do capital são vividas de forma contraditória e dolorosa pelas mulheres.

A opção pelo trabalho fora do ambiente doméstico permite-lhe, além do mais, exercitar sua individualidade e conduz à busca de uma identidade própria, permeada por algumas conquistas e muitos conflitos. A autora observa que esta identidade



depende de outras pessoas e instituições: igrejas, escola, estado, etc, antes de ser determinada pela própria mulher, sendo ainda condicionada a ela com base em elementos que lhe são externos e criando uma representação de sua subjetividade pautada pela dependência.

A discussão empreendida recentemente sobre a questão da distribuição, igual oportunidade de acesso, do poder tanto na família como na sociedade, principalmente na política, pode significar a tentativa de superação da utilização do “poder de manipulação” como mecanismo de defesa, atribuído à mulher. Vários autores discutem a questão do poder, enfatizando que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Os poderes da sedução e da manipulação seriam poderes inerentes à mulher. Por fim, o fato consumado de grande parcela dessa força de trabalho predispõe a mulher a ocupar novos espaços dentro da produção considerada historicamente como masculina, por outro, ela está investindo em áreas, buscando competência, ao seu modo.

### 3.2 O Direito da Mulher Trabalhadora à Cidadania

Nos últimos tempos, mudanças nas relações de gênero do casamento têm efeitos sobre a cidadania da mulher. O estatuto de esposa constitui ainda hoje problema não resolvido, da diferente posição de homem e mulher, além de qualquer outra característica social em relação à cidadania, de modo que elas continuam em parte economicamente dependentes da família, dos maridos (ou em casos extremos da assistência pública) devido a sua responsabilidade de assistência familiar que continua a ser-lhe confiada prioritariamente.

Somado a isso, em todos os países ocidentais, incluindo Brasil, os modelos de casamento e de família baseados na distribuição precisa de poder legítimo entre os sexos, além das mútuas responsabilidades, estão se modificando e postos em tensão devido o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho. Embora essa participação não seja linear e garanta igualdade de direitos dos homens e mulheres, muitas conquistas são-lhe asseguradas, pelo menos na lei.

Ramos (1997 apud SACARENO, 1995) que argumenta: Dessa forma, depois que a sua dependência legal e sua exclusão da cidadania política foram eliminadas das Constituições e dos Códigos da maioria dos países democráticos do Ocidente, a dependência da mulher como esposa parece em vias de extinção. Mas, observando-se do ponto de vista de igualdade entre os sexos, o problema persiste. Ela tem a ver com a divisão de trabalho dentro do casamento não como prática, mas como modelo em que se inspiraram tanto as estratégias individuais de homens e de mulheres quanto a própria organização do trabalho, das carreiras, bem como o sistema de previdência social e organização de serviços.

### 3.3 Discriminação e Proteção na Lei

Ramos (1997) argumenta que a universalidade e amplitude da esfera de Regra Internacional de Direitos Humanos, que em seus dispositivos tem procurado combater a discriminação de gênero na área econômica, social e cultural, revelando que para se chegar a igualdade ainda é preciso percorrer um longo caminho.

O autor ao fazer um paralelo do Direito da Mulher e o Pacto Internacional dos Direitos Humanos, enfocou que não basta termos a igualdade de direitos na Lei, se não os colocarmos na prática o seu objetivo não será atingido, tais como: direito ao trabalho, direito à maternidade, direito à não discriminação por sexo e gênero e direito a não violência.

São vários os países, diz o autor, em que os direitos econômicos sociais e culturais não são aceitos como Direitos Humanos. Mesmo quando chegam a um acordo, ainda não é o meio automático que a mulher possa beneficiar-se, devido ao preconceito ainda presente da discriminação de gênero.

Graças às manifestações e pressões do movimento feminista, a constituição brasileira de 1988 introduz vários dispositivos inovadores com relação à mulher. Os avanços na legislação brasileira, com a reforma constitucional iniciada em 1986, tiveram como fator principal desta conquista as mulheres.

Destacou-se nestes dispositivos que: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Artigo 5, inciso 1,. O outro tratou da discriminação (...)

“promover o bem de todos sem preconceito de raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação” (Art.3, inciso IV, cap. 1).

O Comitê dos Direitos Humanos das Nações Unidas estende a proteção contra a discriminação do direito econômico e social nos casos de pertencer ao benefício do desemprego e seguridade social.

Ao referir-se à discussão da discriminação no mercado de trabalho, este é o meio automático de acesso da mulher ao emprego igual ao do homem, acabaria a constância da mulher dentre os desempregados ou subempregados uma vez que o sexo feminino perfaz uma população maior.

A partir de 1920, a própria OIT (Organização Institucional do Trabalho) estabelece o tratamento igualitário entre ambos os sexos, mas nos maiores países isto não é executado e a desigualdade persiste. Devido a isso, a terminologia e cláusula de instrumentos subseqüentes mudaram para incluir igualdade de oportunidade para a mulher e não só igualdade de tratamento.

Observa-se que ainda não são eficazes os mecanismos de cumprimento destes dispositivos dando assim continuidade ao processo discriminatório injustificável. Citou o exemplo da idade de aposentadoria da mulher mais reduzida de que a do homem, tendo como justificativa o duplo trabalho da mulher, fora de casa, que segundo Ramos (1997), tem-se verificado que sua generalização é injustificável.

Desse modo Ramos (1997) argumenta que: Uma das primeiras proteções asseguradas na Convenção de 1920 da OIT<sup>5</sup>, a proteção à maternidade, porém é contraproducente na igualdade de gênero, na medida em que o objeto de proteção é a criança e não a mulher. Ramos esclarece que do ponto de vista da proteção nacional da maternidade e o modelo nacional tem um diferente nível de reconhecimento da compensação societal da maternidade. De um lado, existe a retribuição material englobada no salário de toda mãe por um período equivalente da licença maternidade, de outro, a maternidade é penalizada, onde a compensação societal é deficiente: mercado de trabalho discrimina a mulher grávida, mães com crianças pequenas ou até toda mulher em idade de contrair gravidez.

Dessa forma, antes de funcionar como proteção à mulher e sua maternidade, é fato de discriminação, dificultando sua absorção. Em algumas indústrias da Zona

---

<sup>5</sup> Organização Institucional do Trabalho.

Franca de Manaus, por exemplo, na seleção das mulheres, mesmo as de idade para o trabalho, são requeridos testes de gravidez, entre outros.

De todo modo, O Código Civil incorporou uma visão moderna e atual do papel social e político da mulher, embora haja ainda espaço para avanços.

#### **4. A MULHER, SEU TRABALHO, SUA FAMÍLIA E OS CONFLITOS.**

Se nos dispusermos a dedicar uns minutos à reflexão, veremos que no mundo atual, quando se fala em família, quase sempre falamos em mulheres também – as famílias só de homens são raras, enquanto que as famílias de mulheres são as mais comuns. Já no mundo do trabalho a questão se coloca um pouco diferente. Mesmo as idéias mais progressistas e igualitárias em relação ao trabalho feminino reivindicam-no como um direito que é necessário conquistar e não como uma obrigação irremediável. Essa percepção da não obrigatoriedade do trabalho feminino, assim como o dever social que têm as mulheres de dedicar-se de forma primordial à família marca importantes diferenças na percepção do mundo do trabalho feminino em relação ao dos homens.

Na medida em que as mulheres estão envolvidas no cuidado das crianças pequenas e isso varia historicamente, e possivelmente deve ser feito ao mesmo tempo: o trabalho doméstico e a criação/educação dos filhos e filhas, assim a reprodução, esse trabalho serve a uma importante função econômica: é um serviço que permite ao trabalhador homem retornar, alimentado e refrescado, ao local de trabalho no próximo dia. Mas a dona-de-casa não recebe nada, nem salário, nem geralmente, créditos por seus esforços e sua contribuição.

O trabalho doméstico se situa dentro da cadeia produtiva do sistema capitalista com a mesma contribuição que outros componentes óbvios, tais como a sanidade, o ensino, a publicidade, etc., porém com uma conotação de marginalidade, que tem provavelmente muito a ver com sua escassa produtividade social e seu caráter familiar, nuclear, isolado da textura social. O fato de que a ideologia familiar (patriarcal) facilite a mobilização gratuita do trabalho feminino para a produção e reprodução social não muda em nada sua situação subordinada no sistema.

Por outro lado, já não é possível negar que as mulheres estão no mundo do trabalho, dispostas a conquistar seu lugar nesse que é um dos espaços sociais mais valorizados frente a outros de valorização decadente. E desde há muito, trabalho, para quase todos, é mais ou menos sinônimo de emprego.

Mas emprego está se tornando um bem escasso. Um dos assuntos que mais aparecem nos comentários econômicos dos meios de comunicação são as taxas de

desemprego mundial, que acarretam preocupações de diversas ordens. Dessa maneira, a estrutura de fragmentação, o que implica uma maior presença de pequenas empresas e trabalhadores autônomos. Portanto, o desemprego não é uma preocupação exclusiva de comentaristas econômicos.

Essa situação é qualificada como de uma segunda ruptura industrial. Não é a escassez de novos recursos nem a macrocefalia de um suposto estado de bem-estar, que na realidade não é o caso do Brasil, o que causa a recessão econômica, mas os limites do modelo de desenvolvimento industrial que se assenta na produção em série. Para relançar o crescimento econômico, seria necessário potencializar dois processos aparentemente contraditórios: a própria produção em série e as formas de especialização flexível.

São muitas as atividades de trabalho. Em todo o caso, não é atividade que conta, mas sim as relações sociais em que se inclui. E, sobretudo, é necessário insistir que em nossa sociedade se efetua muito mais trabalho do que se contabiliza e é reconhecido oficialmente. Parte desse trabalho se remunera e parte não. A crítica feminista sobre o que se considera trabalho resulta, nesse sentido, especialmente pertinente, e os cientistas sociais prestam cada vez mais atenção ao papel das atividades não remuneradas no sistema econômico. Isso é uma novidade, fruto das conquistas dos movimentos de mulheres, já que, devido a que as mulheres eram sempre vistas como irmãs, esposas e mães, sem status social independente, qualquer posição que elas tivessem na força de trabalho se tornava inconseqüente e supérflua no estudo do trabalho e da sociedade. E para aquelas mulheres que trabalhavam dentro de casa, não havia tentativas para medir sua posição social e econômica como donas-de-casa. Felizmente isto está mudando, embora não com a presteza e profundidade que seria necessária.

O fato de que nem todo trabalho se veicule através do mercado, dirigindo-se diretamente ao consumo individual, põe em questão, além disso, a separação conceptual entre produção e consumo, assim como entre trabalho e ócio. Não só porque boa parte de nosso tempo livre é utilizada realizando formas não remuneradas de trabalho, mas, também porque estão aparecendo novos sistemas de organização do trabalho, que o colocam em base a valores relacionados com ócio (prazer, relação social, criatividade), que muitas vezes são associados com a cultura do êxito, do sucesso (superação, primazia pessoal, ganho). Assim funcionam algumas empresas que se dedicam à venda de produtos através de redes pessoais,

sendo significativo que na lógica laboral se incorpore a super posição entre o trabalho e ócio, entre o que se faz por obrigação e o que se faz por prazer, e que a estrutura organizativa dessa classe de empresas seja tão sumamente descentralizada, flexível e aberta que muitos de seus membros são, de fato, meros consumidores.

Segundo as observações de Strey (1997), as formas de trabalho devem ser analisadas em contextos específicos para ver como se combinam e interatuam e para conhecer que efeitos têm para a divisão do trabalho. O grupo doméstico é um dos contextos possíveis de análise. As comunidades locais e as nacionais proporcionam outros níveis de abstração que permitem abordar as questões políticas e sociais mais amplas implicadas nesses processos. Evidencia-se assim o sistema econômico é único, que inclui distintas relações de produção e que através delas se organizam as distintas formas de trabalho.

Foi observada a combinação de práticas de trabalho entre seus membros para obter ingressos, assim como as estratégias de consumo para se conseguirem os serviços de que se necessita. As práticas de trabalho das famílias oferecem um indicador das mudanças e tendências tecnológicas, políticas e econômicas mais amplas. As estratégias do trabalho doméstico em tempos de exceção propõem que se analisem as relações entre o ciclo doméstico, as fontes de trabalho e as estratégias do trabalho familiar. As necessidades da família mudam muito, pois dependem do número e características de seus componentes. Por outro lado, as fontes de trabalho dependem das possibilidades que oferecem o contexto local a partir da combinação das formas de trabalho, pondo-se em jogo os valores sociais, a construção social do gênero e a avaliação do que é mais conveniente fazer a cada momento.

O tempo livre tende a aumentar nos últimos anos e parece que vai seguir aumentando. As jornadas laborais têm-se reduzido progressivamente em muitos lugares. Fora do Brasil, cada vez se adianta mais a época da aposentadoria. O resultado é que a quantidade de tempo livre tem aumentado. Porém isso, paradoxalmente, traduz numa sensação crescente de que o tempo é escasso, pois não se dispõe de suficiente tempo para quantidade de coisas que se deve fazer ou que se quer fazer. Essa polaridade é contraditória só na aparência, porque se a quantidade de tempo que se dedica ao trabalho em um emprego está diminuindo, existe uma tendência a aumentar a quantidade de atividades que enchem o tempo

livre, e dentro dele, o tempo de ócio, que cada vez se custa mais a conceber como um tempo vazio em que não se faz nada.

Strey (1997) salienta que, longe daquilo em que comumente se acredita, o tempo que se dedica ao trabalho doméstico, por exemplo, tende a aumentar e não a diminuir. Apesar do número crescente de eletrodomésticos, que facilitam as tarefas domésticas, se gasta mais tempo nelas, principalmente devido às mudanças culturais sobre os conceitos de higiene e limpeza. Hoje em dia tolera-se menos a sujeira, e as pessoas limpam seu corpo, suas roupas e seus pertences com muito mais frequência que antes.

A autora ainda frisa que outro motivo seria o próprio aumento do equipamento doméstico e dos objetos pessoais, assim como a diversificação dos produtos de limpeza e manutenção que, ainda que sejam mais eficazes para resolver determinadas tarefas, as segmentam muito mais, requerendo um conhecimento mais especializado. Lavar roupa, por exemplo. Longe vai o tempo em que bastava uma barra de sabão e um bom gramado com um sol brilhante. Hoje, nós temos as águas cloradas, os pré-produtos para manchas e sujeira resistente, os diversos sabões em pó para diversos tipos de roupa, o amaciante, etc.

Além disso, também aumentaram tarefas que se enquadram no faça você mesmo que, do mesmo modo que as tarefas domésticas rotineiras sustentam toda uma indústria de eletrodomésticos e produtos de limpeza (sendo as mulheres as principais consumidoras), também aumentam ou fazem aumentar, por exemplo, as lojas especializadas em bricolagem, jardinagem, manutenção de automóveis, etc. A diferença está em que, nessas últimas, são os homens os principais consumidores. E também diferentemente do trabalho doméstico rotineiro, essas tarefas se associam a valores positivos relacionados com a criatividade, a habilidade manual aos conhecimentos técnicos.

Segundo Strey (1997), outro aspecto importante é que mudaram as formas de relacionamento intergeracional e com ela as necessidades em serviços pessoais, educativos, sanitários e assistenciais. Têm-se menos filhos, porém se lhes proporcionam mais cuidados, mais dinheiro e mais dedicação que tempos atrás seja na família, seja nas instituições que subministram educação formal, sanitária, atividades extra-escolares, etc. Os jovens de ambos os sexos tardam mais em entrar no mercado de trabalho, ficando, portanto, dependentes de suas famílias durante mais tempo. Já não basta ter o primário, nem segue o segundo grau. É preciso ter



um curso superior. Assim mesmo, isso não está bastando em alguns setores. É necessária uma pós-graduação, uma especialização, um mestrado, um doutorado. Em pós-doutorado já a preocupação de muitos doutores que estão por aí como forma de, talvez, garantir seu emprego.

Finalmente, as pessoas vivem mais anos, razão pela qual existe a necessidade de se dedicar mais tempo ao atendimento dos velhos (sanitário, assistencial, cultural). Essas necessidades podem resolver-se mediante formas de trabalho remunerado ou mediante trabalho gratuito, seja familiar, seja comunitário. As atividades relacionadas com a assistência de pessoas dependentes são assumidas fundamentalmente por mulheres, tanto na família como mercado de trabalho. Dentro do conjunto de tarefas que se realizam no lar, essas são, sem dúvida, as mais invisíveis posto que se associam às relações afetivas e às obrigações derivadas do parentesco.

As estratégias familiares supõem pôr em jogo toda uma série de escolhas para resolver a provisão de dinheiro e dos produtos de consumo que são necessários. Nesse ponto, manifesta-se que a equação tempo-dinheiro é assimétrica. Gastando dinheiro, pode-se comprar serviços para compensar a escassez de tempo. Porém, os recursos de tempo são muito mais difíceis de converter em dinheiro, porque nem todos os membros da família em situação equivalente para ter emprego. Por isso, é mais provável que os trabalhos sem remuneração recaiam naquelas pessoas que são secundárias no mercado de trabalho, as mulheres, e naquelas que estão fora dele o(a)s velho(a)s. Além das divisões de sexo e de idade, também intervêm aqui as divisões sociais. As mulheres profissionais têm mais possibilidades de pagar a provisão de serviços no lar que as mulheres da classe operária e por isso essas últimas optam por assumir elas mesmas as obrigações domésticas e abandonar empregos de escassa remuneração

O trabalho doméstico é por definição um trabalho contínuo, que não acaba nunca, porque sempre existem coisas a serem feitas e porque cada atividade reinicia no exato momento em que terminou. E, ainda que as mulheres participem do mercado de trabalho, seguem assumindo em geral a responsabilidade do trabalho doméstico (ainda que as tarefas concretas possam ser executadas por outras pessoas, uma empregada, por exemplo) e, o que é mais importante, ainda hoje são socializadas para sentirem as principais responsáveis por elas.

Conforme as colocações de Strey, (1997), as mulheres foram socializadas para exercerem as tarefas domésticas, e não homens. Essa socialização tem como consequência, para as mulheres de mais idade sua completa dedicação ao papel de donas-de-casa, que é o elemento central em que se assenta a construção de suas identidades como a mulheres. Nesse caso, as mulheres se identificam como esposas e como mães, que é o que dá sentido a suas vidas e as converte na garantias do bem-estar do lar e da família. Não apenas as mulheres mais velhas se situam nesse papel. Também entre as mulheres da classe trabalhadora ele se encontra muito difundido e por razões diferentes. Entre as mulheres mais jovens e as que possuem melhores níveis educativos, por outro lado, é dada maior prioridade ao trabalho remunerado e à participação social em seus projetos e vida. Para ela, as tarefas domésticas são algo secundário, ainda que devam ser feitas. É certo que a maternidade e o cuidado dos demais condicionarão a realização de tais projetos, porém não o trabalho rotineiro. Em pesquisas realizadas na Espanha e Brasil, ficou evidenciado que as mulheres profissionais e de melhor nível educativo pensam que essas atividades e também as de cuidado das crianças não são tarefas de sua responsabilidade, mas sim de toda a família.

Pode-se dizer que na distribuição do trabalho no lar, no entanto, são as mulheres as que assumem maior parte, apesar de seu discurso contrário a essa prática. Às vezes, existe ajuda, ou do marido, ou de uma empregada. No entanto, no fundo e na base, a responsabilidade final é sentida como sua. O trabalho dos homens na esfera doméstica se entende como uma opção e como uma ajuda para quem se considera sua principal responsável, a mulher. Assim, a percepção do papel dos homens em relação ao trabalho doméstico corresponde de forma exatamente inversa ao que se atribui às mulheres em relação ao emprego. As mulheres ajudam com seus ingressos à economia familiar. Reciprocamente, os homens ajudam as mulheres nas tarefas domésticas. Para as mulheres, ter um emprego se considera uma opção acompanhada da obrigação, enquanto que, para os homens, o opcional é contribuir para as esferas domésticas.

Na interseção dessas responsabilidades, situa-se o maior conflito para as mulheres, e ele foi construído em nossa sociedade, entre cuidar das crianças, o casamento, a família e a carreira. Um dos claros elementos na estrutura desse conflito é o valor negativo atribuído a ser apenas uma dona-de-casa. Esse papel

feminino é usado como um padrão de comparação, a base, contra a qual a identidade profissional emerge como vencedora.

No entanto, o que se percebe em alguns estudos sobre o assunto, é que as tarefas tradicionalmente consideradas próprias das mulheres, como lavar e cozinhar, seguem estando majoritariamente a ser cargo. As ajudas são perceptíveis, mas ainda esporádicas e ocasionais. As tarefas tradicionalmente consideradas mais masculinas, como, por exemplo, os consertos e reparações, recaem majoritariamente nos homens, porém são mais compartilhadas. Além disso, tendem a ser substituídas mais facilmente por trabalho pago. A administração do dinheiro pequeno corresponde às mulheres, ainda que com diferenças notáveis entre os grupos sociais, pois em alguns casos todo o dinheiro familiar pode ser gerido pela mulher.

Segundo a autora, as mulheres têm destinado menor tempo ao cuidado das crianças pequenas, não devido a uma redistribuição do trabalho, mas sim ao fato de que nascem menos crianças. Como se pode ver, a participação das mulheres no trabalho doméstico apresenta poucas diferenças de tempo atrás, pelo que então fica claro que sua participação no mercado de trabalho suponha um trabalho duplo, uma jornada dupla.

Aqui, abre-se um parêntese para lembrar um fato que mostra uma possibilidade de transformação das relações tradicional mulher/homem, e que são responsáveis por essa dupla jornada. Um precedente histórico aconteceu em 1855 nos Estados Unidos, quando Lucy Stone casou-se com Henry Blackwell depois de uma longa e determinada resistência. O casal assinou um contrato a um manifesto criticando e abjurando a autoridade legal dos maridos, seus direitos conjugais, o dever feminino de constante cuidado e criação dos filhos e a obliteração da personalidade da esposa pela imposição do nome do marido. Esse casamento resultou em uma parceria de 45 anos na busca dos direitos das mulheres.

O exemplo de Lucy Stone teve imediatas repercussões. Suas seguidoras em todo o país americano – as Stonerites – se recusavam a mudar seus nomes ao casar e demandavam contratos similares. Esse exemplo, em alguma relação com as mulheres de hoje, que estão experimentando uma sempre crescente diminuição das exigências legais do casamento. Podemos ver muitas mulheres e homens estão experimentando novos arranjos para dividir as responsabilidades domésticas, econômicas e sociais. Tais arranjos – domesticidade igualitária – envolvem divisão por igual por parte dos adultos, do trabalho e dos ingressos, tanto na vida familiar,

como nas oportunidades fora de casa. Essa divisão significa que ambos os parceiros têm oportunidade e a responsabilidade de buscarem outros interesses. Ambos não precisam fazer todas essas coisas simultaneamente. Podem se “turnar” na busca de educação, no começo novos empregos, ou no cuidado das crianças pequenas, mas não devem fazê-lo repetitivamente às expensas do outro. O casal também pode escolher dividir as tarefas de acordo com suas inclinações pessoais. Um pode quase sempre cozinhar, enquanto o outro lava a roupa ou faz as compras. Mas em termos de contribuição e responsabilidade, deve haver verdadeira paridade. Naturalmente isso acontece com um número reduzido de famílias.

Dentre as duplas atividades das mulheres, uma que se destaca é o trabalho de cuidar. Devido a seu papel na reprodução da vida, é assumido implicitamente que as mulheres possuem determinadas capacidades e habilidades para cuidar e por isso essas atividades apresentam um forte colorido de naturalização. Fica oculto assim que a aprendizagem é um componente básico para realizar essas tarefas. Não há nada natural que faça as mulheres mais capazes para cuidar e isso pode ser visto em inúmeros estudos transculturais. Existe uma grande diversidade cultural na consideração de que pessoas e sob que circunstâncias essas pessoas requerem cuidados. É a vinculação das mulheres à família que determina seu papel de cuidadoras e não a sua natureza especial como mulheres.

Em outros países onde existe o chamado estado de bem-estar, esse cuidado com as pessoas é delegado a algumas instituições públicas ou governamentais. Aqui no Brasil, obviamente, não temos isso, quer por razões políticas, quer por razões econômicas. Há pouca ajuda às famílias, razão pela qual a assistência e o cuidado recaem basicamente na família, e isso se traduz no fato de as mulheres terem que associar seus projetos de vida com a assunção do cuidado da familiar.

É importante ressaltar que o progressivo aumento da idade de independência dos jovens, com a prolongação da escolaridade acentuada pelas atuais dificuldades de inserção laboral, está supondo que hoje em dia eles vivem mais anos na casa de seus pais. Nessas condições, os ingressos aportados (alcançados - que chegou a qualquer lugar) pelas mulheres são imprescindíveis para manter um determinado nível de vida e de consumo. Outro aspecto importante é o aumento da esperança de vida. As pessoas vivem mais. A aposentadoria supõe uma importante diminuição de ingressos justo quando as pessoas estão exigindo cuidados especiais em relação à sua saúde, por exemplo.

A necessidade dos outros abrange o que Todorov (1996) denomina de vida: o bebê não poderia sobreviver sem ser alimentado pelo outro. Mas essa dependência biológica, evidentemente serviu muito tempo para mascarar uma outra dependência, a social: a necessidade de existir e não somente de viver. A necessidade de ser confortado não substitui a necessidade de ser alimentado. Assim, a dependência é inerente à vida Humana.

Nesse sentido, existe então a constatação de que a dependência tem aumentado. Por outro lado, apresenta-se o fato de as mulheres estarem participando cada vez mais ativamente do mercado de trabalho, conseguindo cotas elevadas de autonomia pessoal, mas diante de uma encruzilhada difícil. Dar prioridade aos projetos de vida próprios comporta seguidamente um forte conflito pessoal que se traduz em sentimento de culpa. Conciliar esses projetos com a dedicação e assistência aos demais comporta outra classe e custos e conflitos em nível pessoal. Essa é uma das razões pelas quais as feministas buscam definir a família de uma maneira nova, que possa dar mais autonomia e genuíno apoio para seus membros individuais.

Strey (1997) lembra que a assistência que se proporciona na família é e seguirá sendo importantíssima, porém a assistência organizada mediante instituições públicas tende a aumentar também em importância. De fato, a existência de um estado de bem-estar é especialmente importante para as mulheres. Em parte, porque abre novas expectativas laborais ao expandirem-se os serviços em educação, saúde ou serviços sociais, em que estão muitas das ocupações ditas femininas. Por isso as situações de crise econômica tornam mais difíceis que as mulheres possam manter as conquistas sociais conseguidas. Quando os governos tratam de reduzir o gasto público, estimula-se que as mulheres cuidem dos demais sem remuneração dentro das relações morais e afetivas da vida familiar, e isto soluciona ao mesmo tempo diversos problemas: reduzem-se os serviços sociais e pessoais, o trabalho pago se vincula aos trabalhadores masculinos e decresce o desemprego. Fixa-se então a posição da mulher no lar e se constroem os papéis segregados entre homem e mulheres.

Essa situação nos obriga a rever alguns conceitos teóricos. É necessário superar as dicotomias utilizadas, tais como público, privado, família-trabalho, trabalho-ócio, produção-reprodução, etc. Nem o cuidado é só privado, nem só família, é também trabalho e possui importantes implicações públicas.

É importante lembrar que, no mundo moderno, as esferas sociais e política diferem pouco entre si. Com as ascendências do lar doméstico ou das atividades econômicas no nível público, a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em interesse coletivo. No mundo moderno, as duas esferas constantemente recaem um sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida.

Outra questão que precisa ser recolocada se relaciona com o grau de dependência entre as pessoas, coisas que é importante num momento em que predomina o valor do individualismo, que é um dos pilares básicos do mundo capitalista. Temos que admitir que a dependência é a situação mais comum no âmbito social, como já vimos. Todas as pessoas necessitam de ajuda e cuidado em determinadas etapas de sua vida, e isso é algo que tende a acentuar-se em determinados aspectos, porque os velhos vivem mais e os jovens tardam mais a conseguir autonomia pessoal. Também é comum que entre parentes próximos se proporcione ajuda financeira, residencial e prática, além da assistência física e emocional. A dependência não é, pois, uma situação excepcional, e por isso deveríamos partir da constatação de que o normal é a dependência e não a autonomia individual. As pessoas dependem uma das outras e própria família, como principal instituição que subministra ajuda e assistência é dependente, também, do Estado.

Finalmente, ainda trazendo Neves (1994), ela justifica que a análise da ajuda e assistência obriga a reconsiderar a relação entre estrutura e sentimento. As ciências sociais tendem a privilegiar o papel do sistema social ou cultural sobre a pessoa, enquanto a Psicologia tende a privilegiar o psicológico sobre o social. Na realidade, essas dicotomias são fictícias. Os sentimentos que aparecem tão espontaneamente e instintivos se aprendem e ao uma expressão das relações sociais. Pergunta-se, pois, quais são os mecanismos que levam as pessoas a sentirem implicações na resolução das necessidades das outras. É necessário superar as distinções entre afetos naturais e socializados, entre sentimentos profundos, privados e superficiais, públicos, entre as expressões conscientes e inconscientes das emoções. Os sentimentos são modelados pelo contexto social e cultural, sendo, ao mesmo tempo, a base para a realização de determinadas atividades, como sucede precisamente com o cuidado. Pode-se dizer então, que os

sentimentos são elementos constitutivo de identidades e da vida social e por isso estão no próprio centro da reprodução social.

O cuidado demanda tanto amor como trabalho, tanto sentimento como atividade. Por um lado, contribui para a definição da pessoa e das relações sociais que integram produção de identidades. Por outro lado, é parte integral do processo pelo qual a sociedade reproduz a si mesma e mantém a saúde mental e física de seus componentes (reprodução social). No marco da divisão do trabalho, o cuidado tem conseqüências particulares para a identidade e atividade das mulheres. Além disso, é um elemento importante para entender a construção social do gênero, já que homens e mulheres se encontram implicados de forma distinta no que culturalmente se define como trabalho e como cuidado.

Para Strey (1996), os papéis vinculados a uma e outra atividade proporcionam a base sobre a qual homens e mulheres negociam sua entrada nas relações e estruturas mais amplas que os rodeiam: a economia, a comunidade, o Estado. Isso confere a homens e mulheres distintos tipos de poder e autoridade centrados em distintos âmbitos. A importância social que se atribui ao trabalho e ao cuidado constitui um componente essencial na conversão das diferenças em hierarquias, e as hierarquias em relações de poder.

Pelo exposto até agora, a pergunta inicialmente, se o conflito seria inevitável, é respondida afirmativamente: sim, é inevitável. O conflito é parte inerente da vida. Mas, entre as relevantes contribuições da psicologia para o entendimento dos seres humanos, está a sua constatação de que o conflito é necessariamente para se alcançar qualquer tipo de superação, seja em nível intrapsicológico, seja em nível grupal e social. O importante é saber como conduzir esse processo de superação. Os homens e as mulheres têm um relacionamento especial que não é replicado em qualquer outro tipo de relacionamento social. Como irmãs, filhas, esposas e mães de homens, as mulheres não são simples competidoras dos homens por recursos e não podem separar completamente seus próprios interesses dos homens a quem são de alguma maneira relacionada. Os conflitos inerentes ao mundo em que vivemos e que necessitam de estratégias especiais para serem superados passam necessariamente pela convivência entre ambos os sexos e será aí que também têm uma possibilidade de darem certo.

## 5. O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA MULHER DA CIDADE DE BOA VISTA

O marcador inicial, para se preparar para a vida e para o mercado de trabalho, é o da diferença biológica: o sexo. A partir daí outros referentes vão sendo agregados. Diante disso, este capítulo tem por objetivo apresentar o perfil sócio econômico da mulher da cidade de Boa Vista – RR. Foi estabelecida amostra de 281 mulheres, cujos dados foram coletados em escolas de bairros selecionados (Burititá, Asa Branca, Tancredo Neves, Caranã, Liberdade e Centro) e nas Secretarias de Governo do Estado, realizada no período de outubro de 2008 a março de 2009.

As variáveis pesquisadas foram as relativas a idade, naturalidade, estado civil, atividade econômica, horas trabalhadas, renda mensal, escolaridade, quantidade de filho e situação conjugal.

Um objetivo importante deste estudo é relatar algumas produções sobre a profissão da mulher, principalmente, no que se refere ao seu posicionamento em determinados setores ocupacionais. A triagem dos dados, para compor os focos de discussão, é um recorte feito pela sua regularidade de ocorrências e pelas pertinências, mostrando como as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho e apresentando o perfil sócio-econômico dessa mulher.

A pesquisa do IBGE revelou que, dentre as capitais brasileiras, Boa Vista apresentou, no ano de 2007, proporção de domicílios cuja responsabilidade é feminina, “os domicílios com responsáveis do sexo feminino podem ser considerados um fenômeno tipicamente urbano, visto que 91,4% dos mesmos estão localizados em cidades, enquanto apenas 8,6% estão dentro dos limites rurais”.

No caso das mulheres de Boa Vista que foram entrevistadas, grande parte estão a frente da responsabilidade financeira por domicílios.

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa realizada com as mulheres na cidade de Boa Vista.



## 5.1 As Mulheres por Faixa Etária

Tabela 1: Idade

Idade	Nº de Entrevistadas	Percentual
Não Responderam	02	0,71
25 a 30 anos	74	26,33
30 a 35 anos	49	17,44
35 a 40 anos	38	13,52
40 a 45 anos	28	9,96
45 a 50 anos	28	9,96
50 a 55 anos	23	8,19
55 a 60 anos	06	2,14
Outros	33	11,74
<b>Total</b>	<b>281</b>	<b>100,00</b>

Fonte: o autor

Das mulheres entrevistadas (26,33%) tem entre 25 e 30 anos e (17,44%) tem entre 30 a 35 anos.

## Faixa Etária das Mulheres da Cidade de Boa Vista (RR)

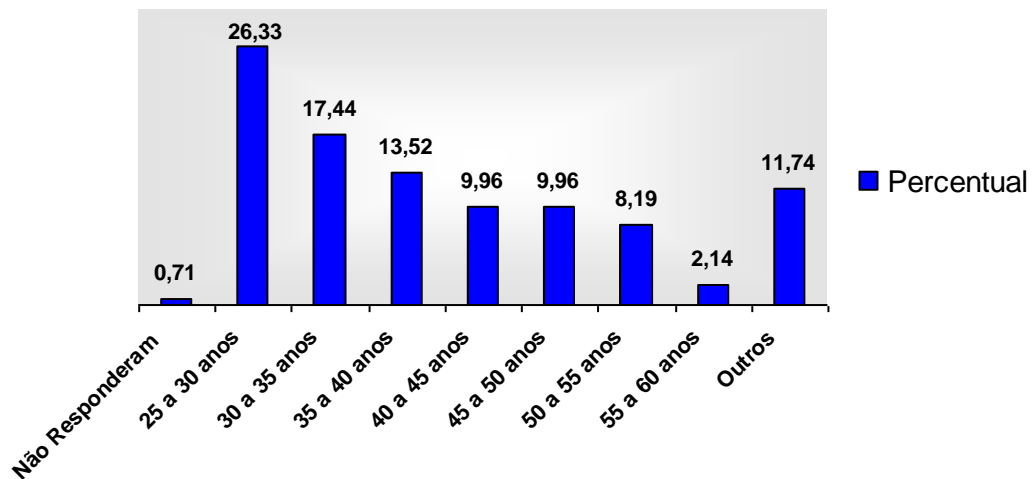


Gráfico 1 – Faixa Etária das Mulheres da Cidade de Boa Vista (RR)

## 5.2 As Mulheres por Naturalidade

Tabela 2: Naturalidade

Naturalidade	Nº Entrevistadas	Percentual
ACRE	2	0,71
ALEXANDRIA	1	0,36
AMAZONAS	25	8,90
CEARA	17	6,05
DISTRITO FEDERAL	3	1,07
GOIÁS	5	1,78
MARANHÃO	34	12,10
MATO GROSSO	3	1,07
MATO GROSSO DO SUL	2	0,71
NÃO RESPONDERAM	15	5,34
PARÁ	19	6,76
PARANÁ	1	0,36
PERNAMBUCO	8	2,85
PIAUI	5	1,78
RIO DE JANEIRO	7	2,49
RIO GRANDE DO NORTE	4	1,42
RIO GRANDE DO SUL	1	0,36
RONDONIA	1	0,36
RORAIMA	122	43,42
SANTA CATARINA	1	0,36
SÃO PAULO	4	1,42
TOCANTINS	1	0,36
<b>Total</b>	<b>281</b>	<b>100,00</b>

Fonte: o autor

As mulheres entrevistadas são majoritariamente da região norte, pois 43,42% são naturais de Boa Vista e 17,09% de outros estados do norte, as demais são nordestinas nordeste a maioria do Maranhão (12,10%), seguido pelo Ceará (6,05%). Constatou-se ainda que a grande maioria é nortista(60,51%), seguida por nordestinas (24,2%).

## As Mulheres por Naturalidade

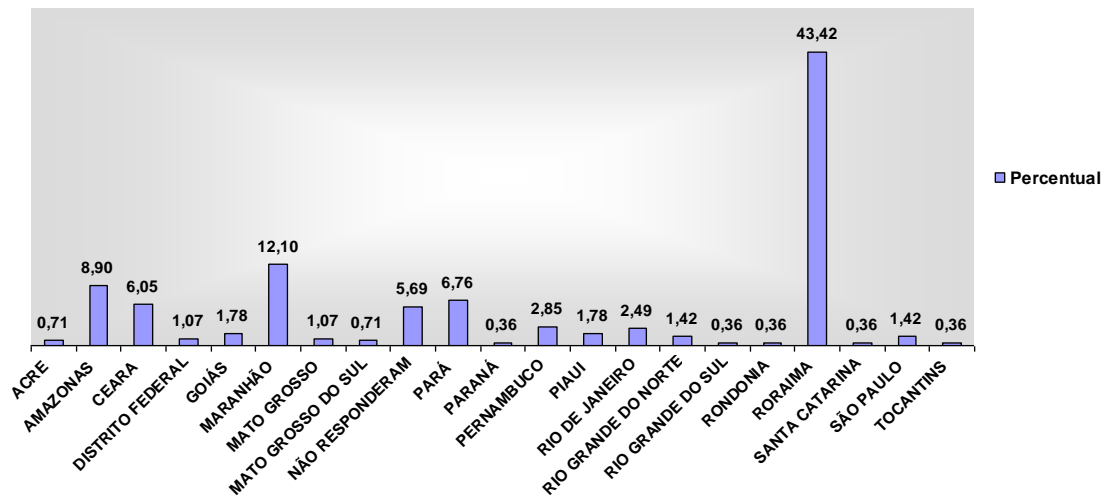


Gráfico 2 - As Mulheres por Naturalidade

## 5.3 As Mulheres por Estado Civil

Tabela 3: Estado civil

Estado Civil	Nº Entrevistadas	Percentual
Casada	83	29,54
Não responderam	4	1,42
Outros	42	14,95
Separada	27	9,61
Solteira	125	44,48
Total	281	100,00

Fonte: o autor

Das mulheres 44,48% são solteiras, casadas (29,54%), separadas (9,61%), e situação não definida (14,95%).

## As Mulheres por Estado Civil

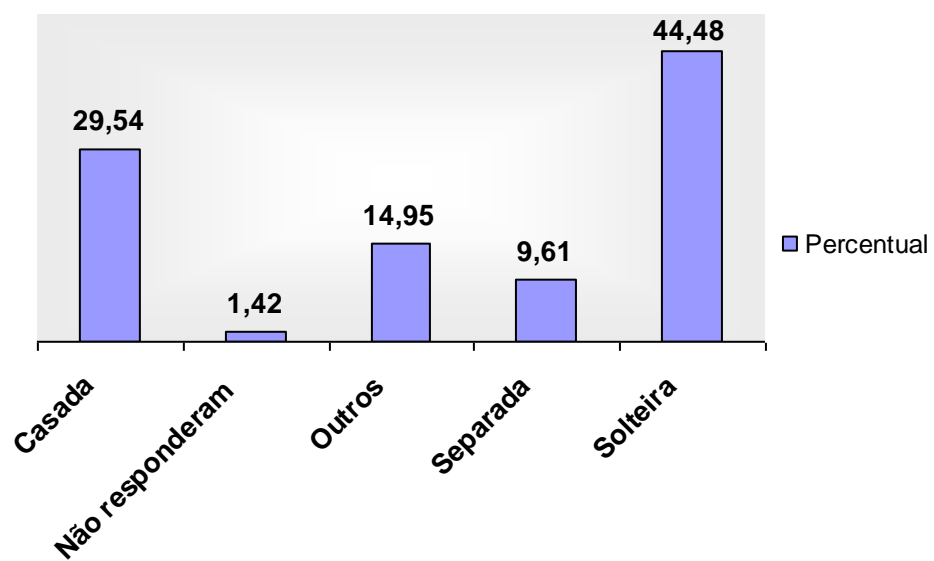


Gráfico 3 – As Mulheres da Cidade de Boa Vista por Estado Civil

## 5.4 As Mulheres e Atividades Desenvolvidas

Tabela 4: Atividades desenvolvidas

Atividade	Nº de Entrevistadas	Percentual
Atendente	12	4,27
Autônoma	6	2,14
Auxiliar administrativa	22	7,83
Auxiliar de enfermagem	2	0,71
Bibliotecária	3	1,07
Policial militar	7	2,49
Cabelereira	4	1,42
Comerciante	10	3,56
Caixa	9	3,20
Professora	29	10,32
Doméstica	12	4,27
Engenheira civil	4	1,42
Estudante	1	0,36
Funcionária pública	32	11,39
Manicure	5	1,78
Médica	5	1,78
Economista	1	0,36
Secretária	12	4,27
Serviços gerais	9	3,20
Técnica em enfermagem	7	2,49
Vendedora	12	4,27
Não responderam	77	27,40
Total	281	100,00

Fonte: o autor

Das mulheres entrevistadas 24,2% são funcionárias públicas, 27,40% não responderam a profissão exercida e os 48% restantes são profissões diversas como a tabela acima especifica.

## As Mulheres e Atividade Desenvolvida

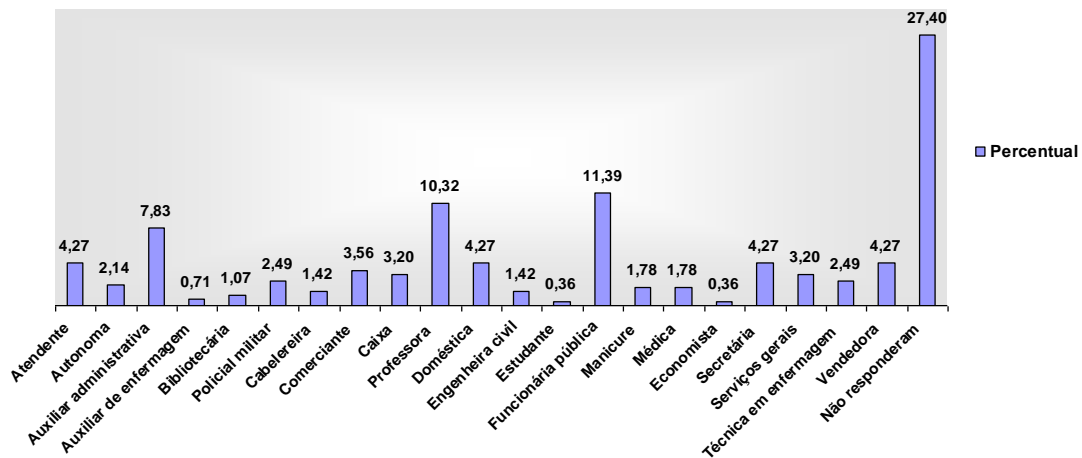


Gráfico 4 - As Mulheres e Atividade Desenvolvida

### 5.5 – As Mulheres por Carga Horária de Trabalho.

Tabela 5: Horas Trabalhadas

Horas trabalhadas	Nº Entrevistadas	Percentual
4 horas	20	7,12
6 horas	98	34,88
8 horas	101	35,94
Mais de 8 horas	57	20,28
Não responderam	5	1,78
Total	281	100,00

Fonte: o autor

As mulheres trabalham 8 horas diárias 35,94% e 34,88% têm jornadas de trabalho de 6 horas diárias, e somente 20,28% trabalham mais de 8 horas diárias.

### As Mulheres por Carga Horária de Trabalho

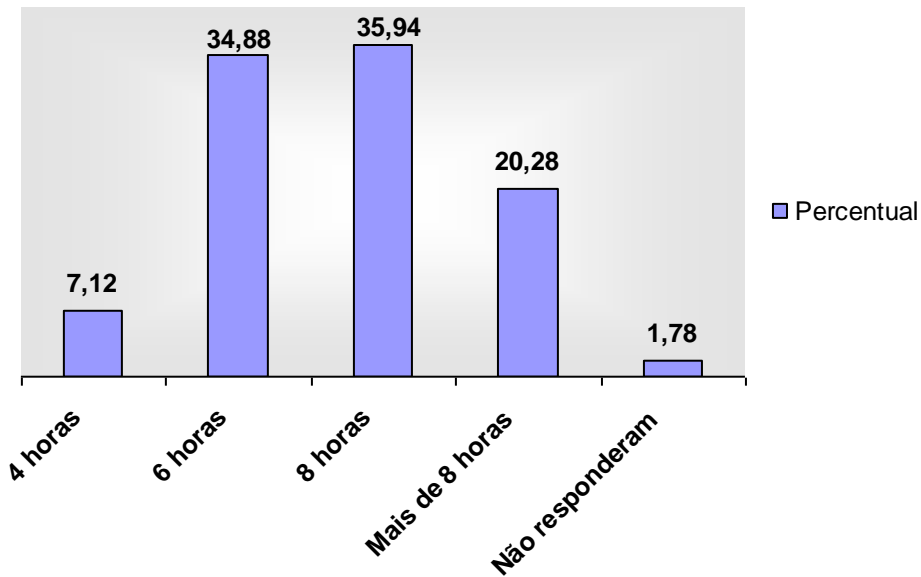


Gráfico 5 – As Mulheres por Carga Horária de Trabalho

### 5.6 As Mulheres por Renda Mensal

Tabela nº. 6: Renda Mensal

Renda Mensal	Nº Entrevistadas	Percentual
1 Salário	62	22,06
De 1 a 2 salários	54	19,22
De 2 a 3 salários	31	11,03
De 3 a 4 salários	47	16,73
Não responderam	3	1,07
Acima de 4 salários	84	29,89
Total	281	100,00

Fonte: o autor

A pesquisa revelou que 29,89 % das mulheres ganham acima de 4 salários mínimos por mês, sendo que 30,25% têm rendimentos estipulado entre 1 a 3 salários mínimos, e apenas 22,06% ganham até 1 salário mínimo.

### Renda Mensal das Mulheres da Cidade de Boa Vista

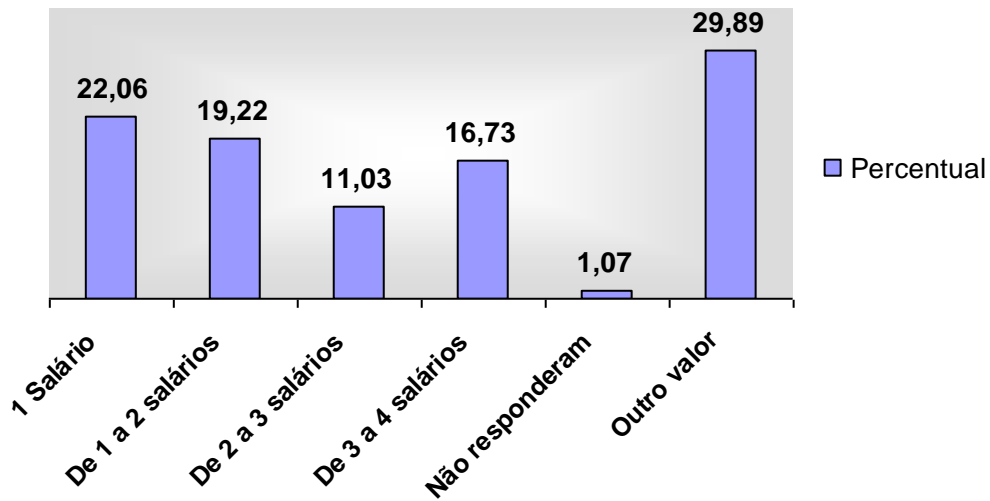


Gráfico 6 – Renda Mensal das Mulheres da Cidade de Boa Vista

### 5.7 As Mulheres por Domicílio

Tabela nº 7: Tipo de domicílio

Tipo de residência	Nº Entrevistadas	Percentual
Alugada	40	14,23
Família	48	17,08
Não responderam	3	1,07
Outros	10	3,56
Própria	180	64,06
Total	281	100,00

Fonte: o autor

A grande maioria 64,06% das mulheres possui residência própria. Moram em residência da família 17,08%, em residências alugadas 14,23%, e em outra situação 3,56%.



### As Mulheres por Domicílio

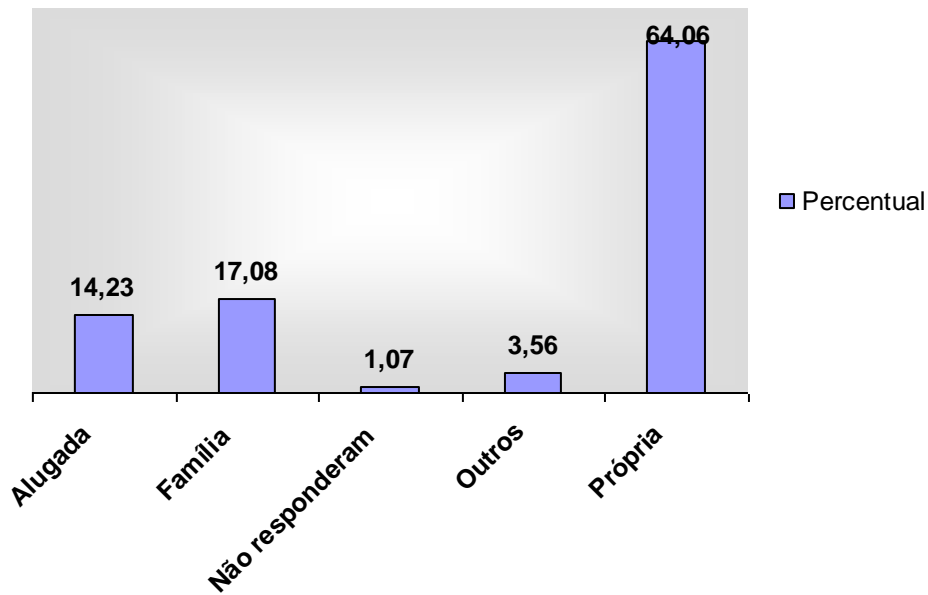


Gráfico 7 - As Mulheres por Domicílio

### 5.8 – As Mulheres e Motivação Profissional

Tabela 8: Motivo que a levou a desenvolver esta atividade

Motivo	Nº Entrevistadas	Percentual
Complementar a renda	26	9,25
Não responderam	4	1,42
Necessidade	99	35,23
Ociosidade	2	0,71
Oportunidade	112	39,86
Outros	38	13,52
Total	281	100,00

Fonte: o autor

Indagadas sobre as razões as levaram a desenvolver a atividade, 39,86% das mulheres responderem que por oportunidade e outro motivo principal (35,23%) é a necessidade, luta pela sobrevivência, sendo que 9,25% responderam que é para complementar a renda familiar.

### Motivação Profissional das Mulheres da Cidade de Boa Vista

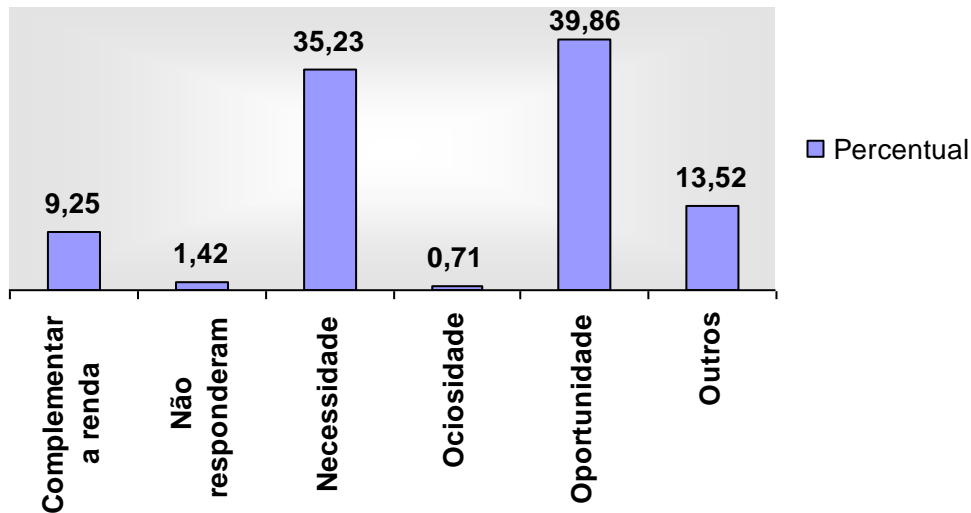


Gráfico 8 - Motivação Profissional das Mulheres da Cidade de Boa Vista

### 5.9 – As Mulheres e Opinião sobre a Mulher Chefe de Família”.

Tabela 9: Qual sua opinião sobre a mulher "chefe de família"

Opinião	Nº Entrevistadas	Percentual
Busca pela emancipação	32	11,39
Igualdade de oportunidade entre homem e mulher	144	51,25
Não responderam	1	0,36
Outros	40	14,23
Uma questão pessoal	64	22,78
Total	281	100,00

Fonte: o autor

A grande maioria 51,25 % respondeu que ser chefe de família é ter igualdade de oportunidade entre homem e mulher, sendo 11,39% respondeu a busca pela emancipação.

## As Mulheres e Opinião sobre a Mulher Chefe de Família.

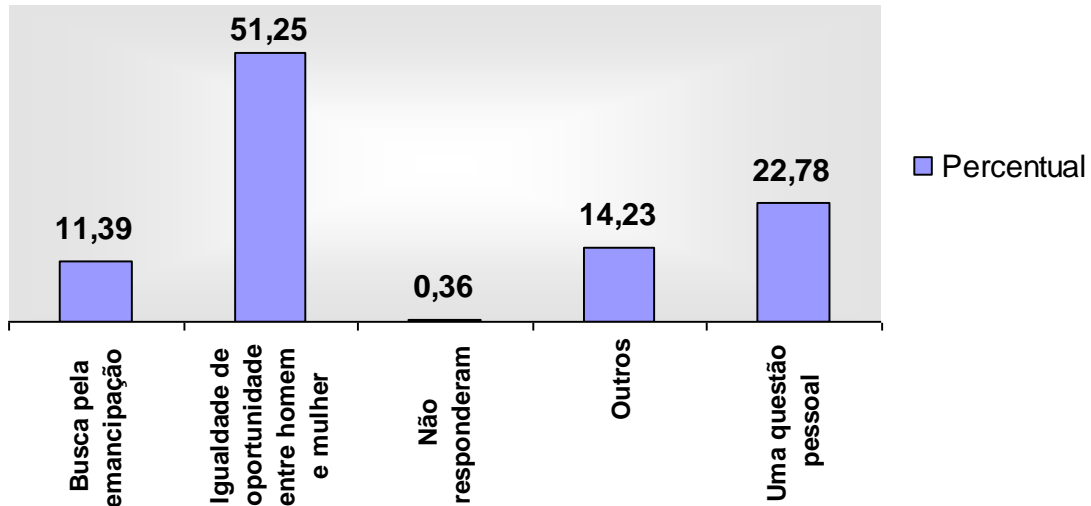


Gráfico 9 - As Mulheres e Opinião sobre a Mulher Chefe de Família.

### 5.10 - As Mulheres e Administração da Renda

Tabela 10: Como você consegue administrar essa renda para suprir as necessidades mensais?

Alternativas	Nº Entrevistadas	Percentual
Controla os gastos dentro das suas prioridades	205	72,95
Dá preferência a alimentação e a habitação	45	16,01
Não consegue administrar tal renda	16	5,69
Não responderam	1	0,36
Tem outra atividade	14	4,98
Total	281	100,00

Fonte: o autor

A tabela 10 revela que controlar os gastos dentro das suas prioridades é de extrema importância para as mulheres 72,95%, porém a alimentação e habitação também são itens na gestão do orçamento que representam preocupação para apenas 16,01% das mulheres. A razão reside no fato de que a grande maioria tem casa própria ou mora em casa da família e, obviamente, operam em condições de suprir as necessidades de alimentos básicos da família de forma mais barata.

## As Mulheres e Administração da Renda

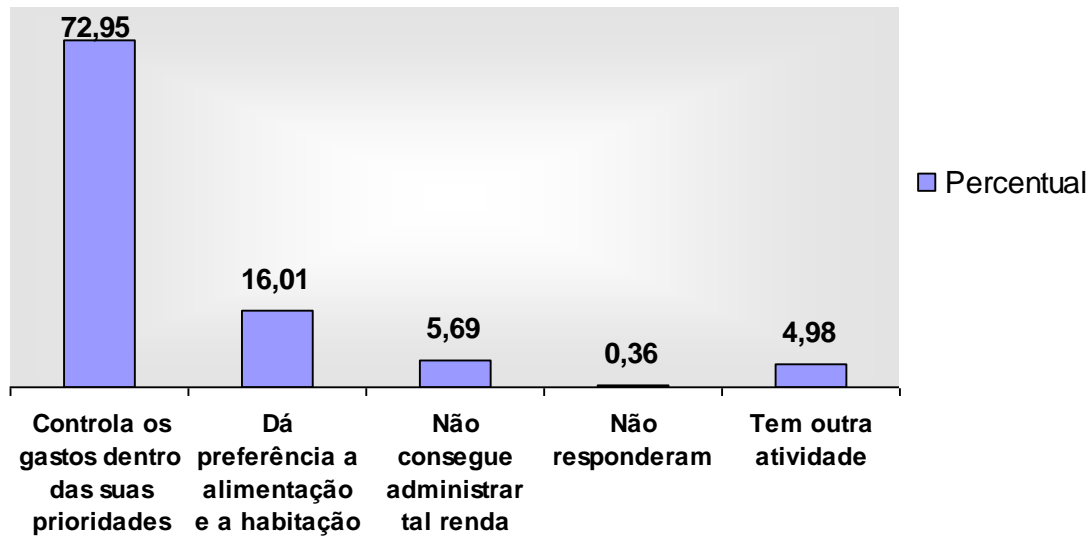


Gráfico 10 - As Mulheres e Administração da Renda

### 5.11 – As Mulheres e o Grau de Escolaridade

Tabela 11: Grau de escolaridade

Grau de Escolaridade	Nº Entrevistadas	Percentual
1º Grau completo	7	2,49
1º Grau incompleto	16	5,69
2º Grau completo	76	27,05
2º Grau incompleto	5	1,78
3º Grau completo	57	20,28
3º Grau incompleto	45	16,01
Alfabetizado	10	3,56
Curso Profissionalizante	3	1,07
Não responderam	3	1,07
Pós-graduação completa	47	16,73
Pós-graduação incompleta	12	4,27
Total	281	100,00

Fonte: o autor

Constata-se que a maioria 41,28% tem 3º grau completo, seguidas 27,05% com nível médio atingido.

### As Mulheres e o Grau de Escolaridade

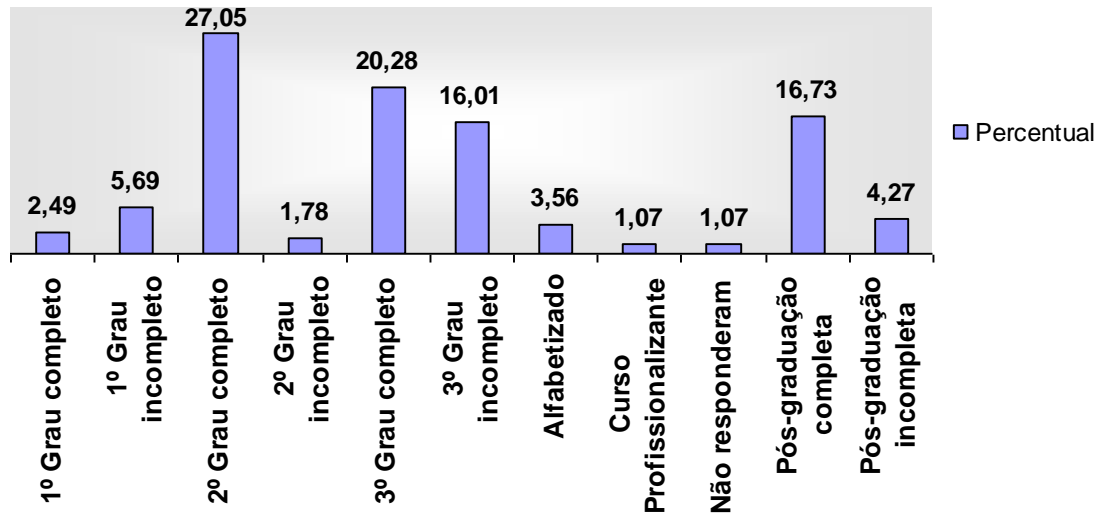


Gráfico 11 - As Mulheres e o Grau de Escolaridade

### 5.12 – As Mulheres e o Número de Filhos

Tabela 12: Quantos filhos

Quantidade de filhos	Nº Entrevistadas	Percentual
1	60	21,35
2	64	22,78
3	41	14,59
Mais de 3	24	8,54
Não responderam	92	32,74
Total	281	100,00

Fonte: o autor

Das mulheres entrevistadas 32,74 não responderam, sendo que apenas duas (22,78%) das mulheres não tem filhos, e 21,35% tem apenas 1 filho. Constatou-se que 24 mulheres (8,54%) tem 3 filhos ou mais.

### As Mulheres e o Número de Filhos

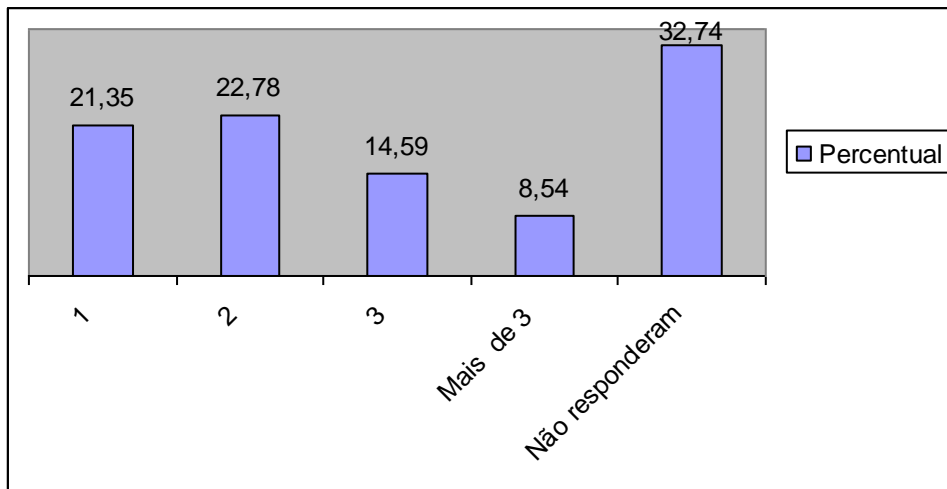


Gráfico 12 - – As Mulheres e o Número de Filhos

### 5.13 – As Mulheres e a Conciliação das Atividades Domésticas com as Profissionais

Tabela 13: Como concilia as atividades domésticas com as comerciais?

Respostas	Nº de Entrevistadas	Percentual
Não responderam	3	1,07
Acorda muito cedo, para adiantar as atividades domésticas	89	31,67
Não tem ajuda e vai levando como é possível	60	21,35
Tem ajuda de alguém	129	45,91
Total	281	100,00

Fonte: o autor

A grande maioria das mulheres de Boa Vista (45,91) contam com a ajuda de alguém na realização das demandas domésticas, sendo 31,67% assumem dupla jornada de trabalho, acordando muito cedo para adiantar as atividades domésticas.

## As Mulheres e a Conciliação das Atividades Domésticas com as Comerciais

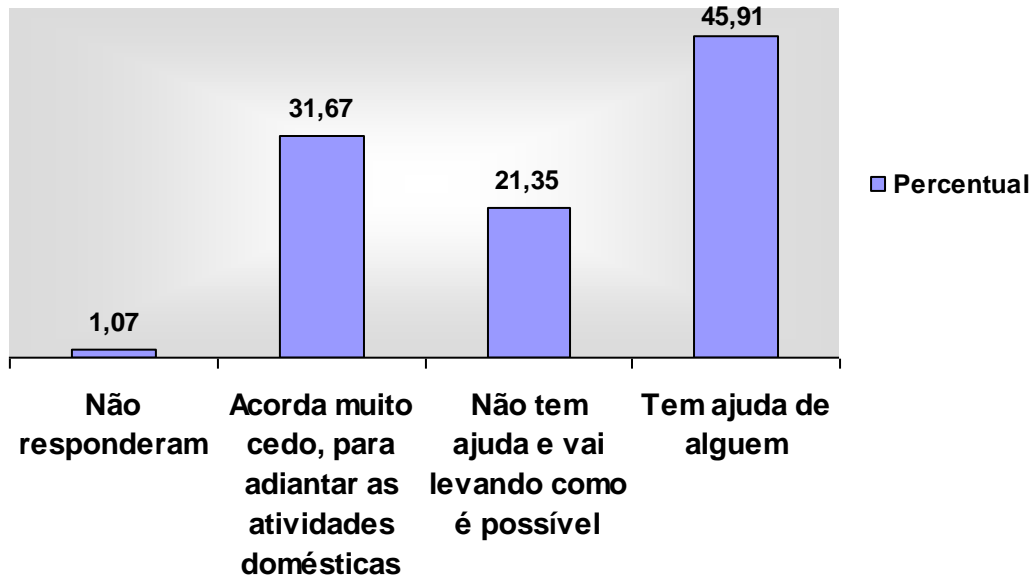


Gráfico 13 - As Mulheres e a Conciliação das Atividades Domésticas com as Profissionais

### 5.14 – As Mulheres e Sugestão para Melhorar a Situação como Chefe de Família.

Tabela 14: Sugestão para melhorar a situação financeira da mulher como chefe de família

Sugestão	Nº de Entrevistadas	Percentual
Casamento	2	0,71
Estudar para alcançar melhor grau de escolaridade	184	65,48
Não responderam	2	0,71
Trabalho bem remunerado	93	33,10
Total	281	100,00

Fonte: o autor

Indagadas sobre como poderia melhorar a situação financeira da mulher chefe de família, 184 mulheres, a grande maioria (65,48%), alimentam a esperança de que o caminho para alcançar tal objetivo passa pela educação traduzida em maior grau de escolaridade. Apenas uma mulher (0,71%) acredita no casamento

como passaporte de mobilidade econômica e 33,10% apostam na obtenção de um trabalho bem remunerado.

Qual a Sugestão para Melhorar a Situação da Mulher como Chefe de Família.

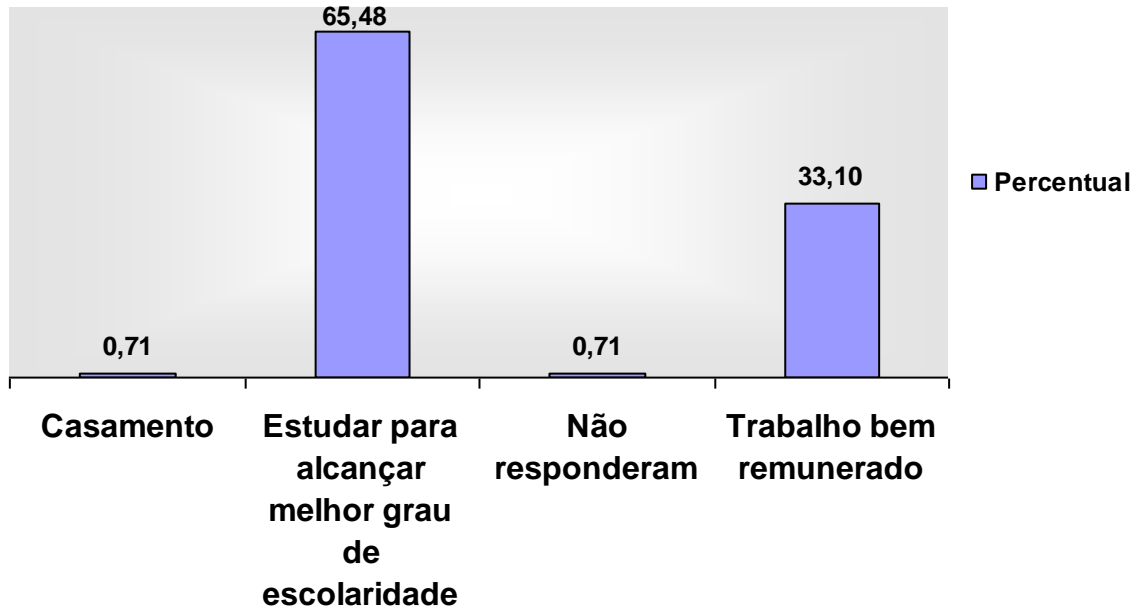


Gráfico 14 - As Mulheres e Projeto para Melhorar de Vida..

#### 5.15 - Qual o seu Projeto para Melhorar de vida

Tabela nº 15: Qual o seu projeto para melhorar de vida

Respostas	Nº de Entrevistadas	Percentual
Abrir uma empresa	38	13,52
Estudar-cursar nível superior	129	45,91
Estudar-cursar pós-graduação	73	25,98
Passar em concurso público	41	14,59
Total	281	100,00

Fonte: o autor

Das entrevistadas 71,89% confirmam que o projeto para melhora de vida é estudar, somadas em cursar nível superior e pós-graduação e somente 41 mulheres



(14,59%) acreditam que passar em um concurso público seria um projeto para melhorar de vida. Evidencia-se um percentual de 13,52% para as mulheres que querem ter seu próprio negócio, abrir uma empresa.

Projeto para Melhorar de vida

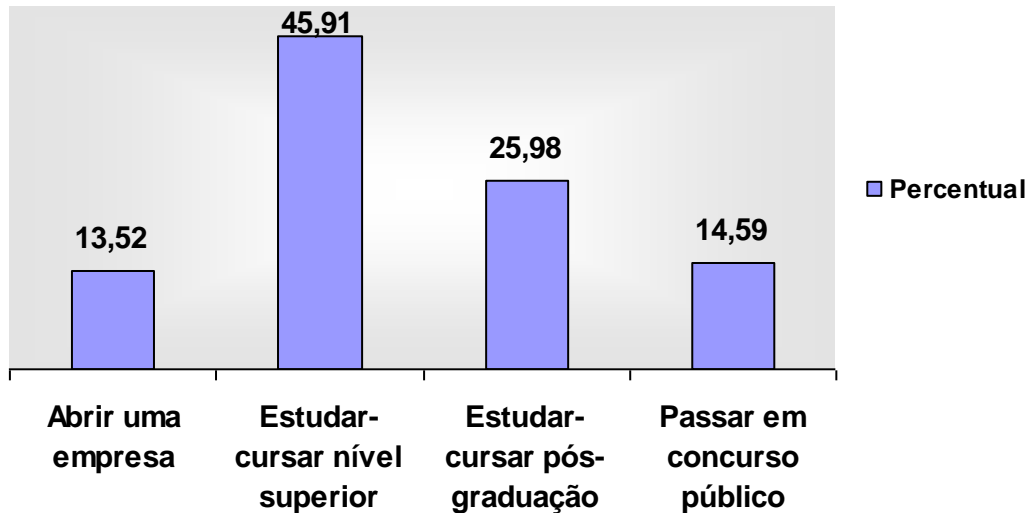


Gráfico 15 – Qual seu Projeto para Melhorar de Vida

#### 5.16 – As Mulheres e Receita para Manter o Equilíbrio Orçamentário Doméstico

Tabela nº 16: Qual a "receita" para manter o equilíbrio orçamentário doméstico

Respostas	Frequência	Percentual
Controlar os gastos/despesas	183	65,12
Economizar	52	18,51
Planejar e administrar	27	9,61
Priorizar o essencial	19	6,76
Total	281	100,00

Fonte: o autor

A receita para manter o equilíbrio orçamentário doméstico é controlar os gastos e despesas (65,12%), conforme tabela 16. Conseqüentemente economizar e planejar são itens extremamente importantes para manter o equilíbrio.

### Qual a Receita para Manter o Equilíbrio Orçamentário Doméstico

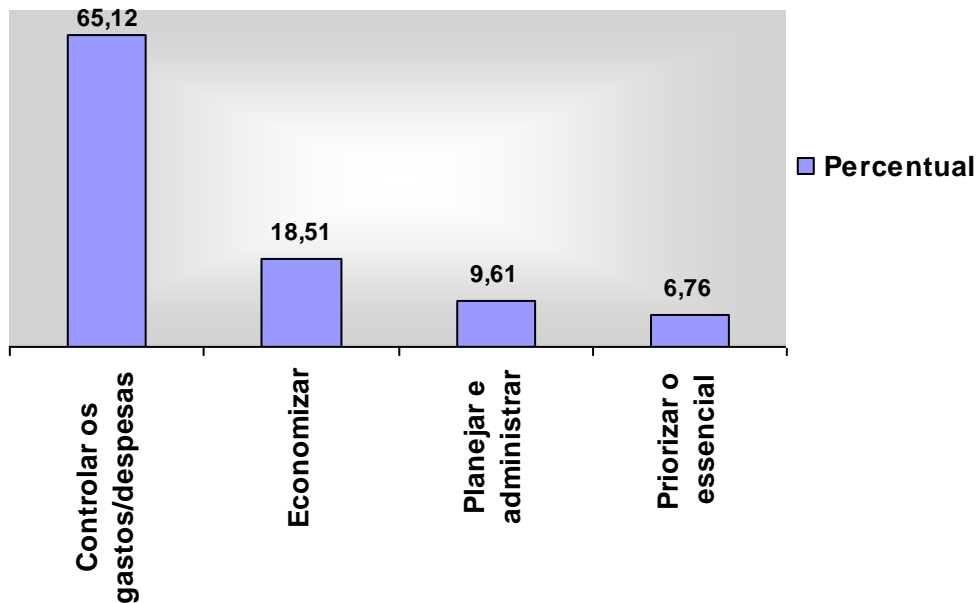


Gráfico 16 – As mulheres e Receita para Manter o Equilíbrio Orçamentário Doméstico

### 5.17 – As Mulheres e Conselho ou Palavra Amiga para outras Mulheres.

Tabela nº 17: Diante do exposto, que conselho ou palavra amiga você daria a uma mulher?

Respostas	Frequência	Percentual
A busca pela emancipação	109	38,79
Estudar e buscar a independência financeira	80	28,47
Lutar pelos seus objetivos	73	25,98
Não responderam	19	6,76
Total	281	100,00

Fonte: o autor

A maioria das entrevistadas conforme mostra a tabela 17 aconselham as outras mulheres a buscar a emancipação (38,79). Aconselham ainda estudar e buscar a independência financeira (28,47)% e lutar pelos seus objetivos 25,98%.

As mulheres e conselho ou palavra amiga para outras mulheres

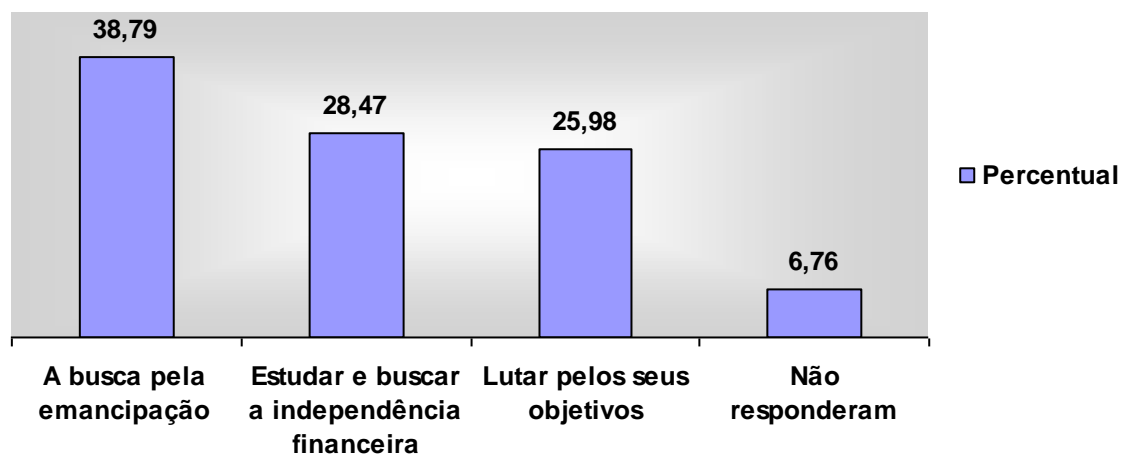


Gráfico 17 - conselho ou palavra amiga para outras mulheres

## 6 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou apresentar o perfil sócio-econômico da mulher da cidade de Boa Vista, visando a compreender seus significados e alcances daquilo que permaneceu apesar das mudanças. A preocupação esteve endereçada em todos os momentos, a estudar e refletir sobre o gênero como uma construção cultural.

O modelo da família tradicional de classe média brasileira, que consagrava uma divisão clara de papéis, em que geralmente o homem se envolvia com o trabalho remunerado, enquanto a mulher dedicava-se aos afazeres da vida familiar, incluindo a administração da casa e os cuidados com os filhos, passa a não ser mais tão comum em nossa realidade.

Todas as transformações na economia mundial resultaram, nos últimos anos, na redução dos empregos e no aumento da concorrência no mercado trabalho. Ao mesmo tempo, houve a necessidade de se criar novos empreendimentos no âmbito profissional e a mulher pôde também, lançar mão de sua criatividade e aventurar-se nessa área.

Atualmente, um número cada vez mais expressivo de mulheres trabalha fora de casa e contribui com a renda da família. Além da maternidade, muitas mulheres preocupam-se com a sua realização acadêmica e valorizam a construção de uma carreira profissional, vislumbrando nessa atividade uma condição necessária ao sucesso da sua vida. Além disso, o trabalho feminino passa a garantir, inúmeras vezes, a subsistências das famílias.

Em Boa Vista as mulheres, as mulheres mostram-se mais preparadas, quanto ao nível de escolaridade, para enfrentar as exigências do mercado de trabalho. Fato evidenciado pela superioridade da qualificação delas ao homem. A diferença de escolaridade entre eles pode ser explicada pelo ingresso do homem ao mercado de trabalho sem escolaridade adequada. Culturalmente e por necessidades econômicas, o homem começa a trabalhar precocemente, por esse motivo, abandona cedo as salas de aula, para se dedicar às atividades econômicas em não pela falta de interesse em estudar.

No decorrer da análise, constatou-se que o maior incremento nos níveis de ocupação deu-se entre as mulheres trabalhadoras com nível de instrução Superior e Médio. Já que para as mulheres trabalhadoras alfabetizadas, verificou-se pelo nível de ocupação que a participação desse grupo foi baixa.

Com ingresso dessas mulheres nas escolas acadêmicas e nos cursos de formação pedagógica; bem como pela disponibilidade desses cursos profissionalizantes serem uma forma de favorecer o lado profissional e o reforço da renda familiar, favorece sua performance para enfrentar as exigências do mercado de trabalho e sua expansão no mesmo.

O estudo evidenciou que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho sempre se fez acompanhar pelo grau de instrução mais elevado, ocupando postos de significância e renda mensal satisfatória. Significativamente a força de trabalho de trabalho das mulheres mantêm uma forte presença no mercado de trabalho, principalmente no serviço público e na área da educação.

As análises dos dados mostram que as mulheres vêm adquirindo importância crescente quanto ao seu ingresso no mercado de trabalho.

Considerando que a sociedade ainda não construiu um modelo um modelo familiar, que redimensione os papéis e as atividades domésticas, está a mulher a assumir solitariamente um múltipla jornada de trabalho, o que a obriga a buscar constantemente estratégias de conciliação entre o seu papel familiar e o profissional.

A carga horária de trabalho destaca-se devido aos afazeres domésticos, afinal, o fato de trabalhar fora não tirou a responsabilidade delas. Constatou--se que a obrigatoriedade de conciliar o privado com o público é a mais eminente tarefa a qual a mulher está submetida.

As mulheres, sujeitos dessa pesquisa, são flagradas em seu particular e não representam o maior contingente populacional local. As atividades estão concentradas nas funcionárias públicas, professoras, assistentes administrativos entre outras.

Das mulheres entrevistadas (26,33%) tem entre 25 e 30 anos de idade e 17,44% entre 30 e 35 anos e são responsáveis por seus domicílios. Grande parte (29,89%) ganha acima de 4 salários mínimos por mês, sendo que 16,73% tem rendimentos entre 3 a 4 salários mínimos, 19,22% tem rendimentos entre 1 e 2 salários mínimos e 22,06% ganham apenas 1 salário mínimo. A oportunidade e necessidade são as razões apresentada por 75,09 % das mulheres para a atividade desenvolvida.

Quanto ao grau de escolaridade do total pesquisado, 41,28% têm o 3º grau completo, sendo que desse percentual 16,73% tem pós-graduação completa e 4,27

incompleta. Contata-se que 27,05% possui o ensino médio completo e somente a minoria possui o ensino fundamental completo, com 2,49% do universo pesquisado.

De um modo geral constatou-se um cenário de igualdade de renda entre as pessoas da mesma escolaridade e poucas diferenças de rendimentos entre as pessoas com escolaridades diferentes. Ou seja, os dados sugerem que nas atividades exercidas pelas mulheres da cidade de Boa Vista, há uma relação positiva entre educação e rendimento do trabalho feminino.

As mulheres na sua maioria (60,51%) são nortistas, pois 43,42% são de Boa Vista-RR e 17,09% dos demais estados do norte. As migrantes correspondem a um percentual de 24,2%, sendo que o Maranhão é o estado que mais se destacou com esse fluxo migratório (12,10%), seguido pelo Ceará (6,05%).

Das mulheres, 44,48% são solteiras, casadas 29,54%, situação não definida 14,95%, separadas 9,61%, e apenas 4 mulheres (1,42%) não responderam o estado civil.

Grande parte das mulheres (32,74%) não responderam se tinham filhos, 64 mulheres (22,78%) tem 2 filhos, 60 mulheres (21,35%) tem 1 filho e 41 (14,59%) tem 3 filhos, apenas 24 das mulheres (8,54%) não têm filhos.

A grande maioria (64,06%) das mulheres possui residência própria. Moram em residências da família (17,08%) e apenas 40 mulheres vivem em residências alugadas (14,23%), em outra situação (3,56%) e 1,07% não responderam.

As mulheres trabalham 8 horas diárias (35,94%), 34,88% têm jornada de trabalho de 6 horas por dia e somente 7,12% trabalham 4 horas diárias, 20,28% trabalham mais de 8 horas. Sendo inexpressivo o percentual das 5 mulheres que não responderam 1,78%.

A opinião de 144 entrevistadas sobre a mulher chefe de família é igualdade de oportunidade entre homem e mulher (51,25%), mas 11,39% acreditam na busca pela emancipação.

Controlar os gastos dentro das prioridades é de extrema importância para as mulheres 72,95%, razão principal para administrar a renda orçamentária, tendo em conta que a grande maioria (65,48%) acredita que o caminho para melhorar a situação financeira da mulher é necessário atingir um grau maior de escolaridade, apenas uma mulher (0,71%) acredita no casamento como passagem de mobilização econômica.

As mulheres entrevistadas da cidade de Boa Vista, afirmam que a busca pela emancipação (38,705%), estudar (28,47%) e lutar pelos seus direitos (25,98%) são itens fundamentais para alcançar a independência financeira.

Diante de tudo que foi colocado, as mulheres roraimenses, boavistenses, brasileiras, do mundo todo avançam, desbravam caminhos, quebram preconceitos e assumem a renda familiar. Aprendem a valorizar e a contar com sua capacidade, desistindo de imitar valores masculinos. É expressivo, ainda hoje, o preconceito em torno da capacidade da mulher que a impede de uma maior valorização do seu trabalho.

Ao encerrar este trabalho, compartilho com os dizeres de Macambira (2006) sobre a condição de estar no mundo da mulher, ao comentar que hoje a mulher passa a ser gestora e operadora de uma conveniência sócio-cultural em transformação. É rainha e vive numa monarquia familiar que necessita de bases econômicas sólidas e seguras. Passa de sujeito anônimo passivo, para ativo, desencadeando mudanças, transformações, avanços, conquistas, sendo sugadas e sugando uma sociedade emergente, uma economia desfacelada que agoniza e necessita de seus braços fortes, de seus salários fracos, para construir uma cidade mais justa. Mulher, o teu nome é Boa Vista-RR.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sônia. Politizando as Relações de Gênero e Engrenando a Democracia In: STEPAN, A., **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- ALVES, Branca Moreira. Maria, Maria – **Revista do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)**, Brasília, Vol. 2, p.10-12, set. 1999.
- ÁVILA, Maria Betânia. et al. **Textos e Imagens do Feminismo**: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.
- ÁVILA, Maria Betânia. et, al. **Mulheres, Participação e democracia**. Recife: SOS Corpo, 2008. 78 p. (Cadernos de Crítica Feminista, n.1).
- ÁVILA, Maria Betânia. Et, al. **Reflexões feministas para transformação social**. Recife: SOS Corpo, 2008. 149 p. (Cadernos de Crítica Feminista, n.0)
- AMBRÓSIO, Antônio Marcos. **Mulheres conquistam mercado, mais ganham menos**. São Paulo, 2006. (BNDES, n. 10)
- BEAVOIR, S. **O segundo sexo**. Fatos e mitos. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2003.
- BOFF, L. **Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil: 2000**. Rio de Janeiro, 2002.
- BRUCHINI, Cristina. **Mulher e trabalho**: Uma avaliação da Década da Mulher. São Paulo: Nobel, 1985.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPPELIN, Paola. Viver o Sindicalismo no Feminismo. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, número especial 1994.
- CARDOSO, Irede. **Mulher e Trabalho**: discriminações e barreiras no mercado de trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1980.
- COSTA, A. O; BRUSCHINI, Cristina (Orgs). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.



COSTA, Letícia Borges. **Participação da mulher no mercado de trabalho**. São Paulo: IPE-USP, 1984.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

FONTENELE, Mourão Tânia. **Mulheres no topo da carreira: flexibilidade e persistência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO. **Anuário Estatístico**. Boa Vista, 2007.

LARGUIA, Isabel; DUMOULIN, John. **Para uma ciência da libertação da mulher**. São Paulo: Global Editora, 1982.

LEGAULT, Gisele. **Intervenção Feminina e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

LOBO, Elizabeth Souza. **A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LUFT, Lya. **O rio do meio**. 11. ed. São Paulo: AIX, 2002.

MACAMBIRA, Júnior. **O mercado de trabalho formal no Brasil**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

MENDONÇA, Lygia. **Luta de gênero e Classe: compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres MST, 1998.

MINELLA, Luzinete; FUNCR, Susana (orgs.). **Saberes e Fazeres de Gênero: entre o local e o global**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP/NEOP/UNICAMP, 2000.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e Cidadania: as Trabalhadoras de Contagem**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PIRES, Inácio J. B. **A mulher no mercado de trabalho: perfil sócio-econômico**. Fortaleza: SINE/CE. 1995.

PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (Orgs.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ROCHA, Maria Isabel. **Trabalho e Gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, São Paulo: ed. 34, 2000.

RAMOS, Jucelem G. Belchior. **Violência física contra a mulher na cidade de Manaus**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entraram em Cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SAFFIOTI, Hedeich. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAFFIOTI, Hedeich. Movimentos Sociais: Face Feminina. In: CARVALHO, N.V., org. **A Condição Feminina**. São Paulo: Vértice, 1988.

SARTI, Cíntia. **Feminismo no Brasil**: uma trajetória particular. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1988. (Cadernos de Pesquisa, n.º 64)

SILVA, Maritza Maffeida. Mulher Identidade Fragmentada In: ROMERO, Elaine. Corpo, **Mulher e Sociedade**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

SOARES, Vera. **Movimentos de Mulheres e Feminismo: Evolução e Novas Tendências**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, 1995.

SOIHET, R. **Condição Feminina e Forma de Violência**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.1995.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária tem dois sexos**: Trabalho, Dominação e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STREY, Marlene Nunes. **Mulher Estudos de Gênero**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1997.

TIBURI, Márcia; VALLE, Bárbara (orgs.). **Mulheres, Filosofia ou Coisas de Gênero**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2008.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs). **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ZYLBERSTAJN, Hélio. **A mulher e a menor força de trabalho**. São Paulo: NOBEL, 1995.

**ANEXO A**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
TEMA: O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA MULHER DA CIDADE DE BOA VISTA  
ORIENTADOR: STEFANO FLORISSI  
MESTRANDA: ALINE JÚLIA DA SILVA ROCHA

## Questionário de Pesquisa

A presente pesquisa visa contribuir para o Projeto final do Curso de Mestrado Interinstitucional em Economia, sendo extremamente relevante as suas informações.

Nome:

---

Endereço:

---

Idade: 25 a 30 ( ) 30 a 35 ( ) 35 a 40 ( ) 40 a 45 ( ) 45 a 50 ( ) 50 a 55 ( )  
55 a 60 ( ) Outros ( )

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Estado Civil: Casada ( ) Solteira ( ) Separada ( ) Outros ( )

Atividade Desenvolvida: \_\_\_\_\_

01. Quantas horas trabalhadas por dia nesta atividade?

( ) 4 horas ( ) 6 horas ( ) 8 horas ( ) + de 8 horas

02. Renda Mensal: ( ) 1 salário ( ) de 1 a 2 salários ( ) de 2 a 3 salários  
 ( ) de 3 a 4 salários ( ) Acima de 4 salários

03 . Reside em casa: ( ) Própria ( ) Alugada ( ) Família ( ) Outros

04. Qual o motivo que a levou a desenvolver esta atividade?

- ( ) Necessidade
- ( ) Oportunidade
- ( ) Ociosidade
- ( ) Complementar a renda

Outros: \_\_\_\_\_

05 . Dentre as alternativas abaixo qual sua opinião sobre a mulher “chefe de família”?

- ( ) A busca pela emancipação
- ( ) A igualdade de oportunidade entre homem e mulher
- ( ) Uma questão pessoal
- ( ) outros

06 . Como você consegue administrar essa renda para suprir as necessidades mensais?

- ( ) Dá preferência a alimentação e habitação
- ( ) Controla os gastos dentro das suas prioridades
- ( ) Tem outra atividade
- ( ) Não consegue administrar tal renda

07. Grau de Escolaridade:

- ( ) Não alfabetizada ( ) Alfabetizada
- ( ) 1º grau ( ) Completo ( ) Incompleto
- ( ) 2º grau ( ) Completo ( ) Incompleto

- 3º grau                       Completo                       Incompleto  
 Pós-graduação                       Completa                       Incompleta  
 Curso profissionalizante:

---

08. Tem filhos?  Sim  Não.

Quantos?         1         2         3         Mais: \_\_\_\_\_

09. Como concilia as atividades domésticas com as comerciais?

- Acorda muito cedo, para adiantar as atividades domésticas  
 Tem ajuda de alguém  
 Não tem ajuda e vai levando como é possível

10. Dentre as necessidades abaixo, quanto é gasto mensalmente?

Alimentação R\$ \_\_\_\_\_

Transporte R\$ \_\_\_\_\_

Habitação (aluguel) R\$ \_\_\_\_\_

Vestuário (roupa) R\$ \_\_\_\_\_

Outros R\$ \_\_\_\_\_

11. Qual sua sugestão para melhorar a situação financeira da mulher como chefe de família?

- Estudar para alcançar melhor grau de escolaridade  
 Trabalho bem remunerado  
 Casamento

12. Qual o seu projeto para melhorar de vida?

---



---



---

13. Qual a “receita” para manter o equilíbrio orçamentário doméstico?

---

---

14. Diante do exposto, que conselho ou palavra amiga você daria a uma mulher?

---

---

---